

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE Nº 15 - agosto/2006



Projeto Brasil - Uma plataforma
de desenvolvimento nacional

**Agora a luta pela Reforma
Universitária é no Congresso Nacional**

Brasil e África: duas margens de um rio chamado Atlântico

Índice

Editorial

03. Soam os tambores da mudança



Brasil

04. Projeto Brasil

12. A Energia brota no Brasil

16. “Na UNE aprendemos a viver com a diversidade”

19. “O herói nacional seria o escravo”



Internacional

24. Até Quando?

26. Um mundo com a cara da juventude



Educação

27. Reforma Universitária chega ao Congresso

31. Não há Vagas

34. Universidade: Eu também vou!



Cultura

36. O Sol - caminhando contra o vento

38. Um olhar para a 5ª Bienal



Movimento Estudantil

40. UNE rumo aos 70 - Uma história vitoriosa

42. Retrato



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Gustavo Lemos Petta

Vice-Presidente

Louise Caroline Lima e Silva

1º Vice-Presidente

Maurício Piccin

2º Vice-Presidente

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Secretário-Geral

Pedro Campos

1º Secretário

Moisés da Silva Filho

Tesoureiro Geral

Rovilson Portela

1º Tesoureiro

Bruno Vanhoni

Diretor de Comunicação

Dani Costa

1ª Diretora de Comunicação

Márvia Scardua

Diretor de Políticas Institucionais

Antônio David Ferreira

1º Diretor de Políticas Institucionais

Márcio Pereira Cabral

Diretor de Univ. Particulares

Márcio Ladeia

Diretor de Univ. Públicas

Michel Oliveira Lima

Diretor de Cultura

Gustavo Viana

Diretora de Relações Internacionais

Lúcia Stumpf

Diretor de Políticas Institucionais

Leandro Monteiro

Edição

Reportagem: Bruno Moreno, Daniele Moraes, Rafael Minor, Renata Mielli; **Colaboração:** Danielle Franco, Francini Macedo, Karina Padial, Lígia Hipólito

Edição: Renata Mielli; **Projeto Gráfico:** Maria Fíguro; **Editoração:** Vandrê Fernandes; **Ilustrações:** Daniel Lopes

Tiragem:

40 mil exemplares

Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP
CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do *copyleft*. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.

EDITORIAL

Soam os tambores da mudança

O país se depara com a possibilidade de dar um passo adiante na construção de um projeto nacional de desenvolvimento. A UNE, que tem protagonizado desde a sua fundação os principais momentos da história, apresenta à sociedade, junto com outras entidades que compõem a Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS – o Projeto Brasil.

Um arcabouço de propostas que visam impulsionar as políticas de integração nacional e latino-americana, o desenvolvimento industrial, a geração de empregos, a valorização e expansão da universidade pública, o fomento a projetos culturais, a ampliação dos direitos.

Para garantir a concretização destas propostas, é imprescindível o fortalecimento dos movimentos sociais e um amplo debate nacional. Esta edição de Movimento procura contribuir com esse esforço, num momento pré-eleitoral, onde a sociedade está discutindo alternativas para o Brasil.

Trazemos alguns dos principais aspectos destacados no Projeto Brasil e no Projeto UNE Brasil, uma visão particularizada dos estudantes para um projeto de nação, salientando questões ligadas às políticas juvenis, educacionais, culturais e democráticas. Construído no 11º Conselho Nacional de Entidades de Base - Coneb - da UNE, o Projeto UNE Brasil foi fruto de um importante debate que reuniu mais de 5 mil estudantes.

Sempre com um olhar para o futuro, Movimento comemora a conquista da auto-suficiência do Brasil em petróleo, lançando ao país um desafio: desbravar novas matrizes energéticas, explorando as nossas potencialidades na extração de energia renovável.

E, finalmente, chegou ao Congresso Nacional a Reforma Universitária. A UNE, atenta para garantir avanços e impedir retrocessos, tem acompanhado com atenção a evolução da proposta. A sociedade exige, em caráter de urgência, a aprovação de uma Reforma Universitária que garanta a Reserva de Vagas, Assistência Estudantil, autonomia, eleições diretas para Reitor e regulamentação do setor privado.

Ao comemorar 69 anos, a UNE mantém viva a chama que mobiliza a juventude com muita alegria. Alegria de ver o CUCA crescer e se multiplicar, de propor e fazer a reflexão sobre temas cruciais para o passado e o presente, como a influência da cultura africana na formação do povo brasileiro.

Movimento está contagiada por essa alegria, e pela certeza de que soam com mais vigor os tambores da mudança.

Boa leitura

Gustavo Petta
Presidente da UNE

PROJETO

IL S BRA S



A-Coordenação dos Movimentos Sociais apresenta documento sobre a sociedade, onde aponta propostas para aprofundar as mudanças no país, com desenvolvimento econômico, soberania, geração de empregos e distribuição de renda.

Por Renata Mielli



A democracia brasileira é jovem. Desde a Proclamação da República até hoje se passaram 117 anos. O primeiro presidente eleito pelo voto direto foi Prudente de Morais, em 1º de Março de 1894. Naquela ocasião, apenas os homens tinham direito ao voto. De lá para cá, outros 17 presidentes foram eleitos diretamente. Além de jovem, nossa democracia foi interrompida por duas ditaduras, que somadas duraram mais de 45 anos.

Foi a mobilização social que, pouco a pouco, garantiu a consolidação da democracia e a ampliação da participação popular na definição dos rumos do nosso país. A UNE foi uma protagonista importante nesse processo evolutivo.

Com quase 70 anos de existência, a entidade sempre lutou para garantir a ampliação dos direitos, para aprofundar a democracia, e defender a soberania e o desenvolvimento nacional.

Com a compreensão de que só com um movimento social forte e unido é possível alcançar esses objetivos, a UNE foi uma das principais articuladoras para a constituição, em 2002, da Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS, um espaço no qual diversas entidades e organizações (CUT, MST, CMP, CONAM, Marcha Mundial de Mulheres, UBES) se reúnem para debater a situação do país e do mundo, e discutir linhas de ação consensuais, atividades e plataformas de luta para avançar no rumo das mudanças.

Um Projeto para o Brasil

Na véspera de mais uma eleição presidencial, a UNE e as entidades que participam da CMS apresentam à sociedade brasileira as suas propostas para o Brasil. Chamado de Projeto Brasil, o documento consensuado entre as entidades da CMS tem 4 eixos principais: o aprofundamento da democracia, da soberania, conquistas sociais e desenvolvimento econômico.

Movimento participou da reunião da CMS em 14 de julho, na qual as entidades reunidas debateram as formas de divulgação do Projeto Brasil. Ao final, uma entrevista exclusiva foi concedida à **Movimento** com a participação da diretora de Relações Internacionais da UNE, Lúcia Stumpf, Antônio Carlos Spis pela Executiva Nacional da CUT, do presidente da UBES, Thiago Franco, João Paulo do MST, Gegê da Central dos Movimentos

mentos
to à
ostas
as no
cional,
ego e



“A Reforma Política tem que dar mais

Populares – CMP; Wanderley Gomes da Executiva da Conam - Confederação Nacional das Associações de Moradores.

A ampliação da democracia passa pela democratização dos meios de comunicação?

Gegê: Eu tenho grande dificuldade de discutir essa história de democracia, porque essa democracia que tanto falamos foi feita para servir os já servidos e perseguir os já perseguidos. Eu sou defensor de uma democracia que venha oriunda do povo, na qual os miseráveis discutam o que eles querem de fato do país. E quando falamos de soberania é a mesma coisa, a burguesia também tem defendido uma soberania. Mas que soberania? A do capital impondo a miséria à classe trabalhadora, redução de vagas nas fábricas, do emprego. Essa não é a soberania que



eu defendo, mas sim a soberania onde o trabalhador tenha a sua mesa farta, estudo, emprego. E os meios de comunicação estão sob o jugo desses senhores. A mídia, hoje, nada mais é do que um latifúndio. É um poder paralelo.

Spis – Na verdade, há esse latifúndio na comunicação que se transforma numa verdadeira ditadura. Não temos espaço nenhum, não temos tevê pública, tevê educativa, tevê MST, tevê UNE, tevê CUT, tevê Moradia. A ausência desses espaços coloca populações confinadas nas periferias das grandes cidades sem ter acesso aos veículos de comunicação, e pior, sem que elas tenham condições de ter acesso de falar para fora. As rádios e tevês comunitárias propostas pela CMS cumpririam esse papel. Se o governo Lula tivesse tido a coragem de ter aberto o acesso aos veículos de comunicação, para que tivéssemos construído rádios e tevês comunitárias, nós teríamos voz. Isso criaria uma integração nacional num país continente.

Estão em debate, hoje, dois projetos antagônicos para o Brasil. Qual o papel da CMS na discussão de propostas que aproximem o país dos objetivos apresentados no Projeto Brasil?

João Paulo – Os movimentos sociais têm um grande limite para conversar com o povo e colocar suas opiniões sobre os conjuntos dos problemas do Brasil. Um dos motivos é esse do monopólio dos meios de comunicação. Outro é o Estado não ter uma política clara de comunicação popular. O terceiro



Fotos: Renata Miceli

é que os movimentos sociais não conseguiram construir veículos alternativos (jornais impressos, internet ou rádios comunitárias) que de fato consigam comunicar com suas bases. Sem dúvida nenhuma, no debate em torno do calendário eleitoral, isso acabará se repetindo. Teremos dificuldade de apresentar amplamente ao povo as propostas dos movimentos sociais para o desenvolvimento econômico do nosso país, para a cultura, nossas opiniões acerca da soberania nacional, soberania alimentar, sobre uma política de segurança que de fato seja segurança das pessoas e não do patrimônio. Ou seja, são temas que nós dos movimentos sociais temos opinião, temos acúmulo, fruto do debate feito ao longo dos anos. Mas vamos aproveitar todos os espaços existentes para discutir com o maior número possível de pessoas.

“Poder aos trabalhadores”

Spis – As entidades do movimento social têm responsabilidade em garantir um bom debate. Devemos organizar palestras e outras iniciativas para que o eleitor tenha mais condições de escolher quem esteja mais comprometido com as diversas reivindicações do movimento social, porque o horário eleitoral é exíguo e restringe muito o direito de propagandar as plataformas, as bandeiras e os compromissos.

Debateu-se muito a necessidade de se fazer uma Reforma Política no país. Essas eleições estão, inclusive, acontecendo sob novas regras. Como a CMS vê esse processo?

João Paulo – A Reforma Política apresentada pela direita pretende diminuir a quantidade de partidos, mantendo a mesma lógica que está colocada. É uma reforma que não diz nada. Para os movimentos sociais, a Reforma Política tem que dar mais poder ao conjunto dos trabalhadores, por exemplo, através da regulamentação de plebiscitos e de referendos. Nós vivemos sob uma República burguesa, mas compreendemos que é extremamente importante aproximar o poder do parlamento brasileiro, como espaço de representação da sociedade, de instrumentos diretos de expressão popular.

Gegê – Nós não podemos ter uma Reforma Política que diminua o número de partidos. Nós temos que ter uma Reforma Política que crie mais partidos, senão, daqui a pouco, nós vamos ter o que já tivemos no passado próximo, a existência de apenas dois partidos – o MDB e a

Arena - isso não era democracia, era uma ditadura. A Reforma Política tem que ser feita para que o povo tenha participação no estado burguês.

Wanderley – Nessa questão da democracia, primeiro, é preciso mudar a composição social do Congresso Nacional, para que as futuras reformas de caráter estruturante sejam de qualidade e atendam aos interesses do povo brasileiro. Além de ter uma composição social mais popular no Congresso, é importante eleger um Presidente da República que tenha um programa democrático, popular e progressista. Sobre a Reforma Política, não dá para limitar a existência de partidos numa sociedade tão plural como a brasileira, adaptando de forma mecânica processos eleitorais de outros países que têm uma realidade política diferente da brasileira. Não



dá para ter cláusula de barreira, nem de 5%, nem de 4% ou de 3%. É contraditório um país com uma média de 30 partidos políticos funcionando sem que eles tenham condições de ter a sua representação parlamentar garantida para poder, de fato, representar esses setores da sociedade.

Thiago – Moralizar o processo eleitoral e diminuir o poder econômico é algo muito importante. Mas não podemos nos enganar, porque essas novas regras eleitorais vieram soltas e não mudaram o sistema eleitoral. Não foram criadas para fortalecer os partidos políticos ou restringir o financiamento privado e o abuso do poder econômico. Foram algumas medidas para tentar moralizar o processo, mas de fato não se fez uma Reforma Política.

Tem destaque especial no Projeto Brasil a importância de haver uma integração latino-americana para impulsionar um projeto de desenvolvimento nacional. Como essa integração e as mudanças que têm ocorrido da América Latina podem contribuir para o processo político no Brasil?

Lúcia – As amplas mobilizações dos movimentos sociais em vários países da América Latina culminaram com as eleições de candidatos progressistas em alguns desses países e com uma campanha muito positiva em outros que, mesmo não tendo conquistado vitórias eleitorais, foram muito importantes. Essa mobilização é o que mais garante unidade a todos esses processos. Aqui no Brasil,

“O principal agente de transfo

nós tivemos um protagonismo grande, por exemplo, na realização dos fóruns sociais mundiais, que desde a sua primeira edição até hoje, garantiram uma interlocução, um diálogo entre os movimentos sociais do nosso continente, o que propiciou estarmos vivendo esse novo momento. Vale registro o recente processo eleitoral no México, em que houve uma grande rejeição do povo ao projeto do imperialismo norte-americano que atua naquele país e, o que deve nos deixar atento, foi a fraude que aconteceu, que o mundo assistiu, e que deixou a todos indignados. Houve um jogo sujo da direita mexicana que tentou criminalizar o candidato Lopes Obrador, muito semelhante ao que aconteceu com o Lula em 89. As elites mundiais estão atentas ao que está acontecendo aqui na América Latina e estão intervindo para evitar que a ascensão do campo progressista continue. Uma derrota do Lula aqui seria uma grande vitória dessa elite mundial.

Spis – O que eu acho importante nesse processo de avanço progressista na América Latina foi a posição do Evo Morales de nacionalizar o gás. Sou petroleiro e me manifestei pela imprensa, a Federação dos Petroleiros também se manifestou, na defesa da autodeterminação dos povos e apoiando a medida. A Petrobras está na Bolívia, no Equador, na Nicarágua e em outros países ainda de uma maneira muito intervencionista, querendo construir uma Petrobras multinacional e dominadora.



Nós temos que debater com o governo Lula para mudar essa caracterização. A CMS acredita que a integração latino-americana e caribenha deve ser de solidariedade, para que realmente se construa aqui uma unidade contra o Bush e o G7 e que se devolva a importância para essa região tão vilipendiada, tão roubada nesse período. É preciso rediscutir essa integração, não só para garantir a continuidade do avanço nas conquistas dos governos progressistas e de esquerda, mas também de integração dos recursos minerais e de outros recursos que nós temos aqui na América Latina e no Caribe para fortalecer o conjunto dos países.

Um dos eixos do Projeto Brasil é o fortalecimento do papel indutor do Estado, para impulsionar o

desenvolvimento econômico do país. Que medidas devem ser tomadas para que o Estado jogue esse papel?

Thiago – O Estado jogou um papel importante para o desenvolvimento do Brasil. Tivemos uma certa integração nacional a partir de Getúlio Vargas, que deu algumas bases para a estruturação do país. Depois tivemos uma interiorização de extrema importância, que ajudou a desenvolver o país com o Juscelino, e agora vivemos exatamente esse momento da integração latino-americana a partir de políticas nacionais que estão priorizando as relações comerciais com os países da América Latina e com outros países do eixo Sul, e não mais com a potência imperialista ou com a Europa. Isso permite termos uma posição mais soberana em negociações comerciais no mundo, como a da ALCA. Ao colocarmos os interesses nacionais, inviabilizamos na prática essa área de livre comércio. Na rodada de Doha tomamos posições semelhantes, que afirmam os interesses econômicos nacionais, do Continente, e desse eixo em desenvolvimento do mundo. Agora são iniciativas que precisam avançar mais. Defendemos que o Mercosul precisa ser mais do que uma simples relação de mercado, precisa passar para outras bases de integração solidária da região, que só está sendo possível, porque existem governos nacionais comprometidos com isso em algum nível, no Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia, Venezuela, Cuba, Chile.

Gegê - Para mim o Mercosul deixa muito a desejar, porque prioriza a integração no campo

“Transformação do país é o movimento social”

econômico. Agora, e nas questões culturais? Na questão da vida dos seres humanos? Qual é a integração proposta a partir das culturas, dos direitos dos trabalhadores? O povo tem que participar desse debate. A integração que eu quero é com o direito dos povos respeitados, culturas dos povos respeitadas. Essa é a verdadeira integração.

Lúcia - Essa preocupação do Gegê com relação ao papel protagonista que o povo precisa ter é muito importante, particularmente no processo de transformação do nosso país. E aí entra o principal papel que a CMS e os movimentos sociais devem ter, seja neste momento pré-eleitoral, ou durante todos os momentos de debate político que a gente consegue travar com o povo. Esse é o principal papel do Projeto Brasil, construído no Fórum Social Brasileiro e que tornamos público para a sociedade,



para debater com o povo. Nosso objetivo central deve ser envolver todos no debate dos rumos para o nosso país. O principal agente de transformação social, para libertar o nosso povo e conseguir construir tudo isso que pautamos no Projeto Brasil é o movimento social. Só com mobilização popular vamos conseguir conquistar mais democracia, mais soberania, e mais direitos.

Como a CMS pretende trabalhar com o Projeto Brasil no próximo período? Ele contribui para fortalecer os movimentos sociais?

Thiago – É preciso ficar claro que o Projeto Brasil não é simplesmente uma plataforma eleitoral, é um projeto de desenvolvimento que tem algumas reivindicações dos movimentos sociais - nem são todas as propostas de todas as entidades que fazem parte da CMS -. São ações necessárias para dar base para o desenvolvimento do nosso país. Vamos fazer esse debate com o povo brasileiro, para cobrando a aplicação dessas bandeiras, no caso de vitória de um candidato do campo da esquerda, progressista; e preparando o povo caso o lado de lá, o lado da direita, vença as eleições, para termos claro qual é o nosso projeto e ir para as ruas reivindicar, garantindo a autonomia e independência dos movimentos sociais. O Projeto Brasil contribui para, no período eleitoral, irmos para as ruas debater com o povo da necessidade de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.



Spis - Nós queremos socializar esse projeto com o conjunto do povo brasileiro, porque sabemos muito bem que quando o trabalhador urbano, o trabalhador rural, o estudante assume uma proposta, ele não abre mais mão dela. A nossa idéia é enraizar o debate na sociedade, e não apenas apresentar a proposta ao novo Presidente da República. O grande custo social do desemprego e da exclusão social não é só de um mandatário. Precisamos fazer uma grande mobilização de rua e uma cobrança nacional da sociedade ao conjunto dos que têm responsabilidade com a legislação desse Brasil, para que o povo seja interlocutor desse projeto e cobre a sua execução nas várias instâncias - municipais, estaduais, na sua região - enraizando a CMS. Para nós é essencial fazer com que esse projeto saia das gavetas e dos gabinetes e vá para as ruas.

Projeto

Reafirmando o PROJETO BRASIL - documento da Coordenação dos Movimentos Sociais sobre o atual momento político do país e os desafios de avançar nas mudanças que o povo brasileiro exige - a União Nacional dos Estudantes apresenta sua plataforma eleitoral ao conjunto da sociedade brasileira. O documento, além de apontar soluções para problemas que assolam a juventude, busca aprofundar o caráter do Projeto de Nação que os estudantes querem construir para o Brasil: reafirmando o papel do Estado como indutor do desenvolvimento; reforçando a necessidade de construir uma integração soberana entre as nações; ampliando o sistema democrático, com o fortalecimento dos movimentos sociais; e buscando ampliar os direitos do povo, que só será possível com uma nova política econômica, que reduza os juros e o superávit primário. Movimento reproduz, a seguir, alguns pontos do Projeto UNE Brasil, que pode ser encontrado, na íntegra, no EstudanteNet - www.une.org.br

Soberania Nacional

- Em defesa de uma política externa independente, que busque a paz e o multilateralismo, a redução de entraves aos países em desenvolvimento e a integração soberana e solidária da América do Sul e da América Latina.
- Não à ALCA e aos tratados bilaterais de "livre comércio".
- Pela integração solidária da América do Sul em suas múltiplas dimensões.
- Organizar os movimentos sociais numa frente antineoliberal na América Latina através da OCLAE.
- Não à autonomia do Banco Central.

Pelo desenvolvimento

- Por mudanças na política econômica que transitem para um novo Projeto Nacional de desenvolvimento. O foco deve ser o incentivo à produção e ao emprego. Não é possível a manutenção das mais altas taxas de juros do mundo como instrumento de

combate à inflação.

- Por uma política nacional de desenvolvimento ambientalmente sustentável, que resguarde a soberania da Amazônia brasileira.
- Defesa de uma ativa política industrial e de ciência, tecnologia e inovação que preparem o país para atuar em segmentos dinâmicos e de ponta.
- Contra a privatização das empresas estatais. Pela desprivatização da Vale do Rio Doce.

Mais democracia no Brasil

- Contra a corrupção, pela ética e transparência na gestão pública.
- Por uma ampla reforma política democrática, que garanta ampla liberdade de organização e funcionamento institucional e parlamentar aos partidos políticos. Contra a antidemocrática cláusula de barreira. Pelo financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.
- Liberdade política aos movimentos

UNE-Brasil

sociais. Contra o retorno da política de criminalização das lutas populares vigente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

■ Democratizar os meios de comunicação, visando a pluralidade de opiniões. Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias. Concessão de linhas de financiamento a projetos de criação de novas TVs, rádios, jornais e revistas de grande circulação para os movimentos sociais populares.

■ Pela ampliação da utilização de software livre nas universidades.

■ Exigência de políticas definidas de inclusão digital e apoio incondicional à adoção de software livre em todas as instâncias governamentais.

Mais direitos para o povo

■ Por mais e melhores empregos com valorização do trabalho e busca do pleno emprego.

■ Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

■ Ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, com políticas públicas universais voltadas para a ruptura da desigualdade de raça, etnia, gênero e orientação sexual.

■ Por uma política de segurança pública que valorize a vida acima da defesa do patrimônio.

■ Reforma urbana e agrária já!

■ Compromisso de defesa incondicional dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS: universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação.

Democratização da Cultura

■ 2% do PIB para a Cultura.

■ Pela manutenção e ampliação do Projeto Cultura Viva – Pontos de Cultura.

■ Garantia do direito a 1/2 entrada em eventos culturais e esportivos para os

estudantes. Pela revogação da MP 2208/01.

■ Combate a nefasta prática do jabá praticada principalmente pelo monopólio das cinco grandes gravadoras multinacionais.

■ Os recursos públicos do Fundo Nacional de Cultura devem ser rubricados de maneira a que projetos juvenis sejam contemplados.

■ Fomentar e valorizar a produção cultural de comunidades indígenas, quilombolas, rural, ribeirinha e GLBTT.

■ Revisão da Lei Rouanet regionalizando a distribuição de recursos e apresentando critérios mais claros.

Mais direitos para a juventude

■ Defesa do passe estudantil (1/2 passe ou passe livre, a depender da realidade de cada local) no transporte público municipal e intermunicipal para estudantes de todos os níveis.

■ Pela regulamentação dos estágios. Contra a utilização dos estágios como forma de precarização do trabalho juvenil.

■ Política especial de emprego voltada à juventude.

■ Criação do Estatuto da Juventude.

■ Aprovação de um plano decenal de juventude que comprometa os governos em âmbito municipal, estadual e federal com a implementação de Políticas Públicas de Juventude.

■ Consolidação do Conselho Nacional de juventude e ampliação da participação dos movimentos sociais ligados a juventude na sua constituição.

■ Realização da Conferência Nacional de Juventude.

■ Ampliação do orçamento de programas voltados à juventude como o Projeto Rondon, o Pró-Jovem, o Programa Primeira Terra e o 2º Tempo.

Educação para um Brasil Soberano

■ Pela não renovação da DRU em 2007.

■ Derrubada dos vetos de FHC ao PNE que estabelece o emprego de 7% do PIB para a educação.

■ Ampliação do financiamento público na educação. Pela aprovação do Fundeb e ampliação das verbas para as universidades.

■ Pela aprovação do Projeto de Reforma Universitária com as modificações propostas pela UNE através de emendas que visam reforçar o caráter público da educação com ampliação das vagas e do investimento no sistema público de ensino e regulamentação do sistema privado.

■ Pela aprovação do PL de Mensalidades da UNE que protege o estudante inadimplente e coíbe o aumento indiscriminado das mensalidades nas instituições particulares de ensino.

■ Combate à evasão escolar com a implementação de um programa efetivo de assistência estudantil com rubrica específica do orçamento da união e aplicado à estudantes de instituições públicas e privadas.

■ Pela abertura de concursos para servidores e docentes para as universidades federais.

■ Pela garantia de matrícula dos estudantes inadimplentes.

■ Pelo fim das isenções fiscais às instituições com fins lucrativos e pela ampliação das bolsas do PROUNI.

■ Pela aprovação do PL que proíbe a entrada do capital externo na educação nacional.

■ Pela aprovação do Projeto Lei da Reserva de vagas.

■ Pela obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio.

Brasília, 21 de junho de 2006

Diretoria Plena da UNE -

União Nacional dos Estudantes

A ENERGIA BROTA NO BRASIL

O país alcançou este ano a auto-suficiência em petróleo. O próximo desafio é investir maciçamente em fontes de energia renováveis, para ocupar papel de destaque como potência energética mundial.

Por Renata Mielli

Um dos insumos básicos para alavancar o desenvolvimento de qualquer sociedade é a energia. Em cada período histórico o homem produz tecnologias para manejar determinadas fontes energéticas que o permitam produzir alimentos, utensílios, moradia.

Cada etapa da nossa trajetória corresponde à predominância de uma forma de energia: o fogo, a água, o carvão, o petróleo. E, o domínio dessa energia é pressuposto para a independência de uns países e dependência de outros.

Daí a relevância da discussão sobre política energética nos dias de hoje, em que o mundo vive sob a égide da economia do petróleo, que está entrando em sua fase de declínio, por ser uma matriz energética não renovável.

A previsão de esgotamento,

em algumas décadas, das jazidas de petróleo ativas, tem gerado conflitos entre nações que querem dominar esse importante combustível e, ao mesmo tempo, impõe o desenvolvimento de novas tecnologias para a exploração de novas matrizes energéticas.

O Brasil ocupa um espaço privilegiado nesse debate: primeiro, porque comemorou neste ano a sua auto-suficiência na produção de petróleo, o que o coloca numa situação melhor no contexto econômico mundial; segundo, porque é o único país do mundo que possui um programa viável de substituição de gasolina a partir de uma fonte de energia renovável que é o PróAlcool; e terceiro, porque é o único continente tropical do planeta, com ampla capacidade de diversificar a sua matriz energética a partir de fontes renováveis.

O país tropical

Para o físico Bautista Vidal, especialista em energia e um dos responsáveis pela criação do PróAlcool na década de 70, “com o colapso dos combustíveis fósseis, que está ocorrendo e que está levando o mundo à guerra, a única solução mundial para todos os países são as energias renováveis e limpas das regiões tropicais. Por isso, o Brasil, devido às suas condições climáticas e num cenário de fim da era do petróleo, vai jogar um papel fundamental para o fornecimento de energia, podendo-se tornar uma potência energética. Temos que comemorar a marca de termos conquistado a auto-suficiência em petróleo, mas comemorar fazendo, comemorar utilizando e investindo na exploração de novas fontes de energia”. O professor Ignacy Sachs da Escola de Altos Estudos em Ciências



Sociais (EHSS) em Paris e codiretor do seu Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo (CRBC) compartilha dessa opinião. Em palestra concedida no Instituto de Estudos Avançados da USP, em junho de 2005, Sachs afirmou que “o fato do país ter chegado praticamente à auto-suficiência em petróleo não significa que não se deva avançar na substituição do petróleo sempre que possível”.

Segundo dados do Balanço Energético Nacional a oferta interna de energia total no Brasil, em 2005, atingiu 218,6 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo), sendo que, deste total, 97,7 milhões de tep ou 44,5% correspondem à oferta interna de energia renovável. Essa proporção é das mais altas do mundo, contrastando significativamente com a média mundial, de 13,3%, e mais ainda com a média dos países que compõem a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos – OCDE, em sua grande maioria países desenvolvidos, que é de apenas 6%.

Energia da Biomassa

Apesar de no Brasil as energias renováveis participarem em grande proporção na comparação com outros países, é ainda pequena se comparada com o potencial nacional. “O Brasil ainda não despertou para o fato de que ele pode ser um grande produtor de energias provenientes da biomassa. Nós ainda não estamos preparados para isso, não temos instrumentos de ação política. Precisamos nos preparar e nos conscientizar dessa fantásti-



ca vocação nacional de sermos um produtor de energia permanente do planeta terra. O que falta são as organizações sociais superiores do país distribuir esse poder fantástico e dar as condições para que ele possa trazer o bem-estar do povo e para o poderio da nação”, avalia Bautista Vidal.

Um dos hiatos no planejamento energético nacional aconteceu durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que além de não investir na expansão e modernização da rede de geração e fornecimento de

energia elétrica, o que culminou no apagão de 2000, também não investiu na exploração de novas fontes energéticas.

“O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi criminoso. Vendeu 80% da distribuição da energia hidroelétrica a empresas falidas, não aproveitou o grande potencial de energia de biomassa, e vendeu empresas estratégicas que estão vinculadas ao potencial energético como a Cia. Vale do Rio Doce, que é muito importante para dar a essa riqueza energética que o Brasil

tem, bens e produtos essenciais a uma sociedade industrializada. A intenção do Fernando Henrique era internacionalizar a Petrobras. Você imagine que coisa absurda internacionalizar a nossa maior empresa!” ressaltou indignado Bautista Vidal.

O físico destacou a importante iniciativa de parlamentares e da justiça que estão discutindo a possibilidade de rever a privatização da Vale “é uma oportunidade fantástica, porque se trata da exploração do maior patrimônio mineral do planeta terra que pertencia ao povo brasileiro, e o governo de FHC entregou por uma quantidade irrisória, vergonhosa para uma empresa estrangeira”.

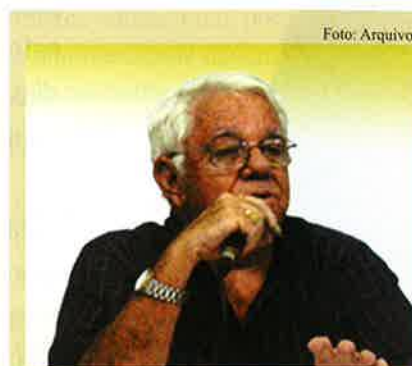
Todas esses elementos reafirmam a centralidade da discussão de uma política energética robusta para o Brasil nos próximos anos. “Essa questão deveria ser central no debate eleitoral que está em curso, porque não haverá uma política de desenvolvimento nacional sustentável e soberano sem que haja altos investimentos no setor energético. Estamos devendo à sociedade brasileira a existência de instrumentos institucionais para assumir esse grande desafio. As coisas estão soltas, se fala muito e se faz pouco. O mundo está aguardando e há pressões internacionais para que o Brasil passe a produzir uma energia renovável. Falta uma instituição que cuide disso. É claro que a Petrobras desempenhou um papel importante na era do petróleo, agora nós precisamos de uma empresa do mesmo porte que venha cuidar das energias renováveis e limpas, com origem na agricultura. A partir dos açúcares das plantas nós produzimos o álcool que é um excepcional substituto da gasolina; através dos óleos vegetais pode-

mos substituir os óleos diesel. Além disso, cria condições para gerar milhões de empregos, ativar a estrutura produtiva nacional, e desenvolver a área tecnológica”, analisa Vidal.

Algumas iniciativas para diversificar a matriz energética já estão em curso, mas ainda em fase inicial. No atual governo foram criados dois programas: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), instalado a partir de um grupo interministerial formado em julho de 2003; o

PROINFA: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, criado em abril de 2002, entre outros estudos em andamento na Embrapa, Eletrobrás, Petrobras, institutos de pesquisa e universidades.

Há também um investimento alto para a exploração de gás no país ao lado de iniciativas para integrar o potencial energético com outros países da América Latina, como a construção do gasoduto Brasil – Bolívia e do gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina.



Ao povo boliviano o que é de propriedade do povo boliviano

A recente decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar o gás da Bolívia gerou um amplo debate sobre o tratamento que as nações devem dispensar aos seus patrimônios naturais, bem como ao tipo de relação que o Brasil deve estabelecer com seus países vizinhos.

Para o físico Bautista Vidal, a medida foi o cumprimento de “um compromisso que o presidente Evo Morales assumiu na sua campanha eleitoral. A riqueza principal na Bolívia é o gás e o petróleo, que são bens naturais e patrimônios do povo boliviano. Então não faz sentido empresas estrangeiras se apropriarem delas. O que o Evo Morales fez foi devolver ao povo boliviano o que é dele. O Brasil

tem minério, tem água, tem biodiversidade. Nós temos que respeitar o princípio de autodeterminação das nações, porque num futuro próximo todo mundo vai precisar dos recursos minerais estratégicos do Brasil. Então se nós não defendermos esse princípio de autodeterminação, corremos o risco de que potências militares poderosas venham aqui tomar o que é nosso, o que é propriedade inalienável do povo brasileiro. Este é um princípio absolutamente fundamental, que nós brasileiros temos que defender mais do que ninguém. Evo Morales deve ser respeitado como um presidente que está procurando dar ao povo boliviano o que é de sua propriedade. Ele está certo.

“Na UNE aprendemos a viver com a diversidade”

Foto: Francisco Moleiros



Presidente da UNE entre 1995 e 1997, Orlando Silva Jr. assumiu o Ministério do Esporte em abril deste ano, tornando-se um dos ministros mais jovens da história do país. Ele recebeu **Movimento** em seu gabinete, na Esplanada dos Ministérios, poucos dias depois de retornar da Alemanha, onde representou o presidente Lula na abertura da Copa do Mundo.

Na ocasião da entrevista, o Brasil ainda perseguia o hexa-campeonato. O ministro mostrava-se otimista com a conquista do título, assim como os 180 milhões de brasileiros.

Entusiasmado, disse que “estar na Copa do Mundo é uma coisa fantástica. Eu senti o peso da emoção da torcida brasileira cantando o hino, vi de perto a apreensão e a ansiedade dos jogadores. Foi muito marcante”.

Soteropolitano, nasceu em 1971, “ano do primeiro campeonato brasileiro de futebol. O Atlético Mineiro foi o campeão. Antes disso, era a Taça Brasil e tinha um outro formato, diferente do Brasileirão de hoje. E Dario foi o primeiro artilheiro”, lembra Orlando.

Como a grande maioria dos meninos brasileiros, era um aficionado em futebol. “Eu era moleque e ficava jogando na rua. Estudava de manhã, chegava em casa, tirava a roupa e ia jogar bola a tarde”.

por Renata Mielli

os a ade”

Em que medida ter sido presidente da UNE contribuiu para você estar aqui no Ministério do Esporte?

Foi determinante. A UNE é a principal escola de formação política do Brasil. Eu digo isso sem medo de errar. Desde que a UNE existe, em 1937, ela nunca deixou de projetar quadros para a vida política nacional. O Ulisses Guimarães estava no congresso de fundação da UNE.

Eu tive o privilégio de fazer parte da UNE no impeachment, onde aprendi barbaridades. Ali foi um curso concentrado de formação política. O velho Marx dizia que tem séculos que se concentram em anos. Aquele foi um desses períodos. De quando nós lançamos a palavra Fora Collor até o Impeachment, foram quatro meses de luta intensa. Eu era tesoureiro da UNE na ocasião. Depois, fui presidente num período muito duro, mas muito rico, que foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Era o auge do neoliberalismo. Não tínhamos qualquer canal de diálogo com o Fernando Henrique. Mas aprendemos com isso, pois nesse momento de resistência, de defensiva, tínhamos que ter muita fibra, convicção, capacidade de elaborar bandeiras políticas e intensificar as mobilizações para manter a chama da defesa da universidade acesa em condições adversas.

A experiência na UNE imprimiu que particularidade no seu olhar para políticas esportivas?

O fato de ter sido presidente da UNE ajudou a construir uma visão no Ministério em três níveis. Em políticas juvenis, porque eu tenho vontade de realizar aquilo que reivindicávamos, apoiando as iniciativas no setor juvenil. Um segundo aspecto é que a UNE ajuda a compreender o potencial da educação. Eu acredito que o esporte brasileiro vai se desenvolver mais, na medida em que for se aproximando da temática educacional, porque a escola e a universidade devem se transformar na matriz do desenvolvimento do esporte no Brasil.

Hoje isso não é realidade, mas sonhamos com o esporte nas escolas e nas universidades para todos, com o caráter competitivo e com caráter recreativo. Em terceiro, é que na UNE nós aprendemos a viver com a diversidade, conviver com visões de mundo diferentes, práticas políticas diferentes. No esporte, há visões muito diferenciadas, e nós rompemos com qualquer forma de sectarismo e segmentação para ter uma visão mais sistêmica. Isso é um aprendizado da UNE, conviver com as diferenças, saber extrair o que há de melhor em cada segmento, e construir não um ajuntamento de posições, mas um mosaico, tirar uma harmonia dessas partes.

Por exemplo, no esporte tem o lazer contra a área competitiva, o esporte educacional contra o esporte de rendimento. Não se trata disso, mas sim de saber que dimensão tem cada área. Ou seja, o esporte educacional tem o seu papel, o lazer tem o seu, o esporte competitivo tem o seu papel, e os três têm que se completar, porque na competição

surgem os ídolos, o ídolo estimula a criança a praticar aquela modalidade esportiva, e a criança praticando passa a ter essa modalidade como componente para sua vida. Acredito que é preciso ter uma visão mais sistêmica e menos segmentada. E essa visão a UNE me ensinou.

Essa concepção de uma política sistêmica se materializa em quais programas no Ministério hoje?

Nós fizemos o programa 2º Tempo que tem como foco a criança e o jovem de 7 a 14 anos. É importante, porque ajuda na inclusão social. Nele o esporte é explorado como forma educativa, de integração social, de formação de valores para cidadania. Temos o *Esporte, Lazer e Cidade* que atende crianças, jovens, adolescentes, adultos, terceira idade, deficientes, mas 25% dos atendidos são jovens. O programa tem um caráter recreativo, de estímulo à atividade esportiva e física para o bem-estar das pessoas.

Ainda no esporte educacional há os jogos escolares e os jogos universitários. Os jogos escolares são para crianças de 7 a 14 anos, e tem uma segunda fase para adolescentes de 15 a 17. Estamos fazendo um esforço para que haja uma maior capilaridade desses jogos, incentivando as escolas para atingir um maior número de municípios, dentro da visão de que a escola tem que ser a matriz do desenvolvimento do esporte do Brasil. Chamada de Olimpíadas Escolares, é realizada em parceria com Comitê Olímpico Brasileiro, o Ministério do Esporte e as secretarias estaduais e municipais de educação e esportes.

Os jogos universitários atingem jovens até 29 anos. Rebatizamos o JUBS de Olimpíadas Universitárias, que também é realizada em parceria com o COB. Temos crescido na

qualidade dessas competições, e nas representações de universitários brasileiros em competições internacionais. Na Universiádes, que é a Olimpíada Universitária, tivemos em 2005, na Turquia, a melhor participação brasileira dos últimos tempos. No esporte de rendimento não tínhamos apoio para os atletas, que estavam sem patrocínio. Criamos o *Bolsa Atleta*, que beneficia mil atletas no Brasil e 95% são jovens. Entre eles, muitos atletas importantes, olímpicos e paraolímpicos. Além disso, o Ministério tem um investimento importante na infra-estrutura. Muitas piscinas e ginásios são construídos com recursos do Governo Federal.

E nas universidades particulares têm prática esportiva?

A Universidade Particular tem usado o esporte para fazer marketing institucional e não como estímulo à prática esportiva. Isso é um problema. Há casos, não citarei nomes, por exemplo, de uma universidade importante de Minas Gerais, que compete bem em basquete. Outro dia, eu recebi os estudantes dessa universidade que praticam esporte e eles me disseram que queriam participar lá, mas que a



universidade não dava acesso.

As universidades particulares têm um papel importante, mas deveriam se preocupar com a infra-estrutura, investimentos em profissionais, para que a prática esportiva nessas instituições fosse uma realidade, porque até hoje não é. Do nosso lado, temos dado um apoio importante para as universidades públicas. Sempre que acionados temos investido, como nas federais de São João del Rey, de Diamantina, na UNB, onde devemos colaborar com a reforma do parque aquático. Sabemos das dificuldades que as federais têm e da importância de existirem instalações adequadas. Estamos trabalhando com o Fó-

rum de Reitores de Assuntos Estudantis – o Fonaprace - para realizar uma campanha de aquisição de material esportivo para as universidades públicas.

O que representa para o esporte no Brasil a realização dos Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro?

Os jogos Pan-americanos de 2007 são uma grande oportunidade para o Brasil investir em infra-estrutura, para capacitar o país a receber competições internacionais, passando a fazer parte do circuito esportivo internacional. Nós podemos elevar o nível técnico do esporte no Brasil. Temos trabalhado para que a cidade do Rio de Janeiro e o Brasil abracem a competição. Temos investido no programa *2º Tempo* nas áreas próximas do Pan, que vai atender cerca de 200 mil crianças e jovens nas regiões de risco social. Os Jogos também ativam a economia local. Só a Vila Pan-americana gerou diretamente 2300 empregos. Temos investido em segurança, para que o ambiente social do Rio de Janeiro seja mais amistoso, mais seguro para as delegações que vão vir para cá, e isso também é um legado que vai ficar para a cidade. Além do que, a boa realização dos jogos pode qualificar o país para sediar uma edição dos Jogos Olímpicos que é um sonho antigo do Brasil.

“O herói nacional seria o escravo”

Fotos: Rafael Minoro

Embaixador
defende a
importância
dos africanos
na forma-
ção do povo
brasileiro

por Rafael Minoro,
colaborou Bruno
Moreno



Quem se atreveria em dizer que o Oceano Atlântico, especificamente sua parte Sul, com uma extensão máxima de 9.600 quilômetros (da Guiné ao Brasil), pudesse ser caracterizado como um rio? Essa é a idéia do poeta, ensaísta, memorialista, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras e diplomata, Alberto da Costa e Silva, considerado um dos mais conceituados especialistas em assuntos africanos. Ele parte do pressuposto de que muitas características semelhantes são encontradas nos dois lados do Atlântico, o que comprovaria a influência dos afrodescendentes na construção do povo brasileiro. E quem abraçou sua idéia foi a UNE, que adotou o título do seu livro “Um

Rio Chamado Atlântico” como tema da 5ª Bienal de Arte e Cultura, que acontecerá em janeiro de 2007, no Rio de Janeiro.

Para explicar um pouco mais sobre essa idéia, a reportagem da **Movimento** – acompanhada do coordenador-geral do CUCA, Tiago Alves e do coordenador do CUCA-RJ, Feliipe Redó – foi ao apartamento do diplomata, no bairro Laranjeiras, repleto de obras de arte africanas, fruto de estadia no continente como embaixador, e uma dezenas de prateleiras de livros.

O interesse de Alberto pela África começou na adolescência, quando leu “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire, em seguida, leu “Os Africanos no Brasil”, de Nina Rodrigues e “Costumes Africanos no Brasil”,

de Manoel Quirino. Aí, não parou mais em sua aventura intelectual sobre a cultura desse povo e sua relação com o Brasil.

Para ele, na formação brasileira, “o esqueleto é português, o sistema nervoso é africano e o sistema reprodutivo é ameríndio”. E é fundamental que valorizemos “o patrimônio que veio da África, da mesma maneira que valorizamos o patrimônio que vem da Europa e o do ameríndio, pois toda a arte brasileira foi influenciada pela África”. Ele argumenta: “O fato mais importante da história brasileira é a escravidão. Ser escravo era um castigo”. E finaliza: “O Brasil nunca quis ter um herói nacional, mas o herói nacional seria o escravo”. Confira a seguir as idéias do grande africanista nas páginas da **Movimento**.

Temos que valorizar o patrimônio

Qual foi a participação da África no território brasileiro?

O Brasil, sem menosprezo dos povos indígenas que aqui viviam, é um país cuja história se forma fora da pátria. Nós somos moldados por migrantes da Europa e por africanos. Eles chegaram ao Brasil em números que variam ao longo do século e eram muito desiguais na sua composição de gênero. Podemos dizer que, para três africanos homens, havia uma mulher. Para cada seis ou sete portugueses, havia uma mulher. De maneira que o grande ventre formador da nacionalidade brasileira é a mulher índia, por que não havia outra mulher.

Lemos que os índios foram dizimados, mas o fato é que sobrou muito índio. Sobretudo, muita índia. Caso contrário, o Brasil não teria, no século XIX, a população que tinha. Só depois de 1850 chegaram os migrantes italianos, japoneses, suíços, alemães, poloneses, judeus, árabes. Mas esses chegavam com composição masculina e feminina equilibrada.

Apesar da contribuição que o índio tem em nossa formação, costuma-se dizer que ele estava na idade da “pedra lascada”. Mas não estava. O índio estava na idade agrícola. Eles eram excelentes agricultores. Uma prova disso é o

cultivo de mandioca, milho, abacate, tomate, caju, batata doce. Tudo isso nós devemos aos índios. Agora, a formação do país se deu de fora para dentro, com esses grupos que vieram da Europa e África.

Então os índios não conseguiram manter sua cultura?

Os europeus tinham desenvolvimento tecnológico muito superior ao dos índios. Costumo dizer que, na formação brasileira, o esqueleto é português, o sistema nervoso é africano e o sistema reprodutivo é ameríndio. Pois jamais haverá duas culturas em contato sem que haja mistura ou troca entre elas. Mesmo



O coordenador nacional do CUCA, Tiago e o embaixador Alberto Costa e Silva

que veio da África

em regimes extremamente fechados, como era o *apartheid*, na África do Sul, existe um número enorme de mulatos. Uma coisa é o país legal e outra coisa é o país real.

Os africanos trouxeram para o Brasil muitos elementos técnicos que os portugueses não conheciam. Da mesma maneira que os portugueses traziam tecnologias que os africanos jamais tinham visto. O português traz a roda, que significa engenho, transporte mais fácil. Mas, significa, sobretudo, multiplicação. O africano traz técnicas de mineração e a técnica de escavar minas profundas, fazendo corredores entrem elas. Isso porque os africanos foram os

grandes fornecedores de ouro para Europa e Ásia, antes da descoberta da América.

No geral, nós não damos muito valor para essas relações de troca.

Nós temos que valorizar esse patrimônio que veio da África da mesma maneira que valorizamos o que veio da Europa e do ameríndio. É preciso que nenhum de nós tenha vergonha de ter tido antepassados escravos, porque o escravo foi o elemento construtor do Brasil, e tem que ser valorizado historicamente pelo o que ele foi. O que nos está faltando é esta valorização do escravo.

Mesmo aqueles, como nós, que somos muito críticos com o fenômeno da escravidão, tendem a valorizar o rebelde, o quilombola e não tendem a valorizar o escravo. É preciso mudar de ótica para que tenhamos auto-estima pelo nosso passado e precisamos também ter em vista o que devemos à África.

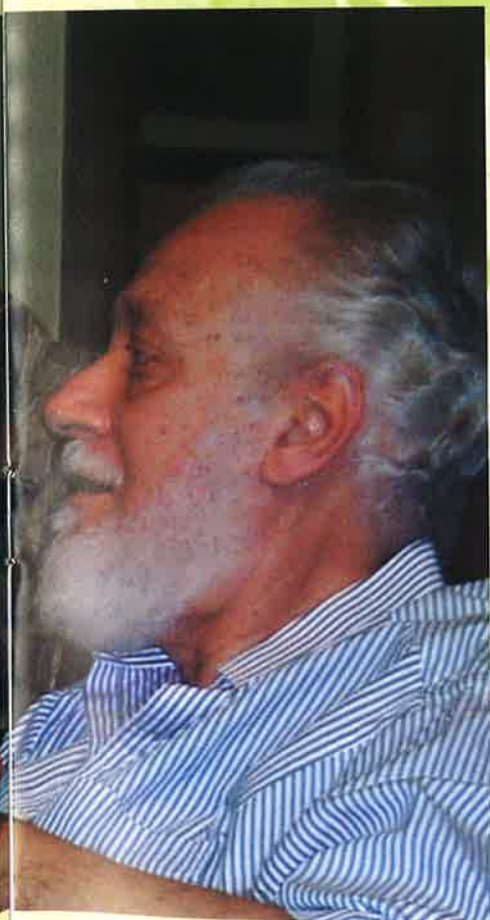
Houve ganho, de um lado ou de outro, com o tráfico negroiro?

Tanto para os grandes agricultores e mineradores brasileiros, quanto para os reis e para os nobres africanos, o tráfico de escravos foi o maior negócio do seu século. Nele estavam envolvidos os dois lados do Atlântico. Foi terrível, porque se tinham os grandes, digamos, em atacado, que contaminou os pequenos, no varejo. O escravo era caro na África e no Brasil. Não era comprado com quinilhariás, mas com produtos de alto valor monetário – e aquilo envolvia o país inteiro, os pequenos proprietários, os artesãos e até mesmo os que eram contrários à escravidão, os abolicionistas. Eles,

muitas vezes, tinham que ter os escravos, porque não havia quem quisesse os trabalhos domésticos, não existiam homens livres. O fato mais importante da história brasileira é a escravidão, que durou praticamente quatro séculos.

Isso afetou todas as camadas sociais. As pessoas achavam natural, como os gregos e os romanos achavam. Até mesmo grandes liberais como Voltaire, que era o homem da liberdade, ou John Locke, que era um grande filósofo da liberdade, eram acionistas de companhias traficantes de escravos. Era muito mais complicado do que nós, hoje, tendemos a querer explicar. Foi o meio mais eficiente para recrutar e conservar trabalho que o homem já inventou. E acontecia em todas as civilizações. No Japão, na Coréia, na China, na Arábia, na Europa até praticamente metade do século XIX.

O trabalho remunerado já havia antes, mas só se impõe no século XIX. Suspeito que daqui a dois séculos, se ainda existirem descendentes do homem, vão olhar para a nossa época e dizer: aqueles sujeitos eram uns loucos. Eles vendiam o tempo deles e a vida deles aos patrões, se vendiam ao capital, ao Estado, ao que for. É preciso que a gente tenha muito cuidado em não projetar para o passado o nosso presente. E eu não estou justificando a escravidão. Eu acho apenas é que no passado as pessoas justificavam e achavam natural. Aristóteles achava natural, Platão achava natural, na utopia de Thomas Morrow tem escravos. É preciso que a gente não trate disso menosprezando o grande sofrimento do escravo, e a grande injustiça que foi a escravidão. Ser escravo era uma das piores coisas que poderia acontecer a quem quer que fosse. Era um castigo.



O descendente de africano vai ser um grande artista no Brasil

A relação de troca também aconteceu no campo da arte?

O negócio é muito complexo, porque um chefe africano, quando tinha um escravo que era um grande escultor de madeira, ele não vendia. A não ser que estivessem dispostos a pagar pelo escravo um preço muito alto. Um grande tocador de tambor era tão valioso que, quando um deles era aprisionado, naquelas sociedades onde não havia castas profissionais, ele dificilmente seria vendido para um branco ou para um mulato ou para um negro do Brasil.

Além disso, entre numerosas culturas africanas, determinados artistas, como escultores, poetas e músicos, formavam castas profissionais que ficavam fora da sociedade. Eles tinham poderes especiais, só podiam casar entre si, não podiam ser vendidos, não podiam ser escravizados. Lidavam com a natureza das coisas, alteravam as batidas de tambores, pegavam o barro e transformavam em pote, alteravam o mundo e, portanto, tinham alguma coisa, digamos assim, em um palavreado ocidental, de “deuses do diabo”.

Se somarmos isso ao fato de que naquelas outras sociedades, onde essas profissões não eram castadas e essas pessoas podiam ser escravizadas ao alto valor que elas tinham pessoalmente no mercado de escravos africano, você verificará que muito poucos artistas foram vendidos para o Brasil. Foram vendidos os insubordinados, que eram escravizados por motivo judicial, que haviam cometido crime contra a sua sociedade, como se essa sociedade quisesse expeli-los, não absorvê-los.

Isso faz uma coisa muito curiosa: que nós tenhamos uma vida cultural extremamente marcada pela África e que a África tenha uma grande força sobre as concepções artísticas, na nossa música, nas artes plásticas, na nossa poesia, nas nossas lendas infantis, no nosso teatro, digamos assim, de rua, que é a congada, o maracatu, tudo isso é teatro de rua, em última análise. Mas, curiosamente, quando você coloca frente a frente com a arte tradicional africana, você verifica, comparativamente – eu nem devia dizer isso, mas vou dizer – que é de “qualidade inferior”. Vamos dizer de outra maneira: é de diferente qualidade.



A de lá é mais sofisticada?

Existe uma música altamente africanizada, mas aqui falta um dos elementos básicos que enriquece, fazendo da música africana uma música diferente da música européia, da asiática, que é a polirritmia. A capacidade de tocar diferentes ritmos ao mesmo tempo e eles se combinarem como na polifonia ocidental. São diferentes melodias, diferentes sons, que se combinam e se encontram em determinados pontos. Está presente nos terreiros de candomblé, mas não na nossa música popular. Pelo menos ela não é uma característica da nossa música popular. O que é característico é o compasso europeu.

E por que isso? Porque aqueles grandíssimos mestres de tocar tambor não vieram para o Brasil, mas vieram os que eram aprendizes, vieram os que ouviam tambor, que reproduziam como eles ouviam o tambor. Da mesma maneira que não vieram os escultores. Se o escravo se libertasse, quem é que ia pagar pela arte que ele produzia? O escultor africano era admiravelmente bem pago na África e ainda é. Os reis, as famílias, que queriam ter as imagens de seus antepassados esculpidas, pagavam muito bem. Esse mercado não existia no Brasil, porque os escravos eram pobres. E os escravos que melhoravam de vida, já estavam interessados em outras formas artísticas.

Então como se deu essa influência na arte brasileira?

O africano e o seu descendente no Brasil serão os grandes escultores. Na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, tudo estava na

mão dos africanos e dos mestiços. Eles esculpam uma arte européia com forte influxo africano. Eles não fazem uma arte africana com influxo europeu. Eles faziam uma arte européia, religiosa, católica, com influxo africano. Um exemplo é o Aleijadinho, que retrata em suas obras as pessoas com seu jeito de mulato.

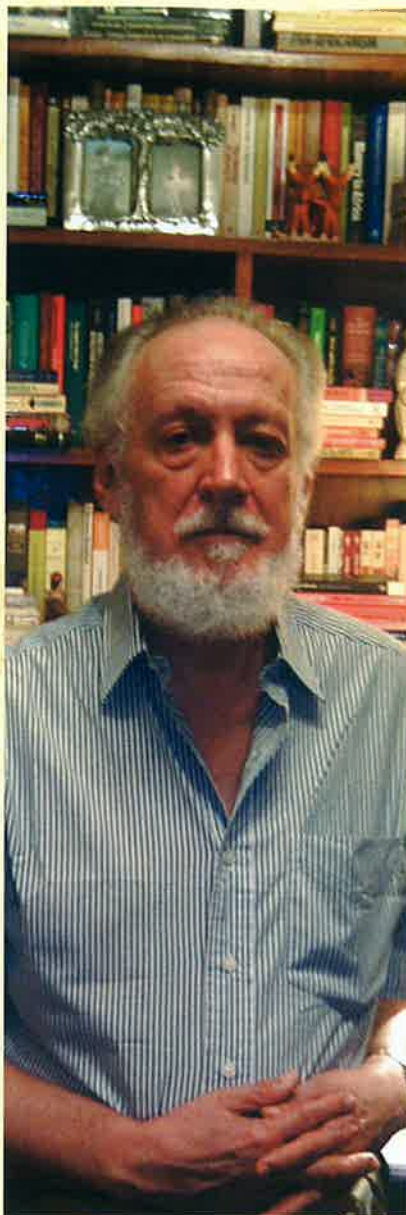
O descendente de africano vai ser um grande artista no Brasil, vai influenciar a arte brasileira, mas não vai fazer uma arte africana. Ele vai fazer uma grande arte com outros padrões, que se a gente quiser, poderíamos qualificar de um “padrão mestiço”.

No plano da literatura oral, popular, a influência africana foi a melhor no Brasil. Aliás, é curioso porque às vezes é difícil destrinchar, deslindar, o que é africano, o que é português e o que é ameríndio. Porque as histórias são muito semelhantes nos três continentes. Como os objetos também são semelhantes. Os enredos humanos são muitos poucos. Dizia o Hegel que eram 32, depois acharam mais alguns.

O fato é que toda a arte brasileira foi influenciada pela África. Mas toda ela ou quase toda ela, possui um arcabouço europeu. Você pinta quadros, esculpe e faz música, como se faz na Europa. Mas ao mesmo tempo você pinta, esculpe e faz música, como não se faz na Europa.

Como é que está a discussão sobre a África? O senhor acha que o tema está sendo mais debatido ou está esquecido?

Há grande número de historiadores devotados ao estudo da escravidão, com grande competência, fazendo pesquisas nos arquivos e começando a descobrir os verdadeiros retratos da escravidão. A escravidão também se modificou ao longo da história e conforme as regiões. Uma



coisa era ser escravo numa fazenda de cana, em Campos (RJ), outra era nas lavras de Diamantina (MG), outra de um comerciante no mercado do Rio de Janeiro. Isso sem levar em conta a diferença nas relações entre senhores e escravos, que poderia ser espantosa. Agora, numa relação de escravidão, qualquer que ela seja, a característica básica é a violência. Nunca deixa de ser violenta. Tem a violência básica de você não pertencer a você mesmo e seus filhos não pertencerem a você.

Como foi o processo de criação do livro “Um rio chamado Atlântico”?

A segunda vez que fui à África fiz uma viagem extensa de automóvel. Olhando aquilo ali, eu dizia: mas vem cá, eu estou no Brasil, esta é uma paisagem brasileira. Os coqueiros, as palmeiras. Vi gente pescando e puxando arrastão, como na Bahia. Vi as canoas de pescadores. Vi as casas de barro socado com cobertura de palha como eu via em Fortaleza e em Pernambuco. Vi uma senhora curva, na frente de um conjunto de casinhas, varrendo o pátio com a vassoura feita de gravetos, igual a da minha irmã. Isso para mim era uma paisagem repetida. Então me veio a idéia, naquele momento, de que na realidade esse oceano não é um oceano. É um rio, que no passado se atravessava com a maior naturalidade, porque o sentido de tempo que se tinha era diferente do nosso. Ficar três ou quatro meses numa viagem não era nada. O Brasil era a margem de um rio e a outra margem tinha ficado lá do outro lado, na África.

Depois que juntei esses ensaios, resolvi dar o nome “Um rio chamado Atlântico”. É a idéia que eles dizem desta aproximação. Os dois lados tiveram um convívio tão intenso que hoje nós não chegamos bem a entendê-lo, ainda mais depois que nós o perdemos, com o colonialismo europeu, com a divisão da África e com o afastamento do Brasil da África.

Sobre refazer a auto-estima pela percepção de que o escravo foi algo importante na vida brasileira, e na construção deste país, há um ensaio neste meu livro em que eu termino dizendo que o Brasil nunca quis ter um herói nacional, mas que o herói nacional, se o povo quisesse ter um, ele seria o escravo.

Até



Esta carnificina de civis começou a partir do seqüestro de um soldado. Até quando o seqüestro de um soldado israelense poderá justificar o seqüestro da soberana palestina? Até quando o seqüestro de dois soldados israelenses poderá justificar o seqüestro de todo o Líbano?

A carnificina de judeus foi, durante séculos, o esporte preferido dos europeus. Em Auschwitz desembocou um antigo rio de espantos, que havia atravessado toda Europa. Até quando seguirão os palestinos e outros árabes pagando

por crimes que não cometeram?

O Hesbolá não existia quando Israel arrasou o Líbano em suas invasões anteriores. Até quando continuaremos acreditando no conto do agressor agredido, que pratica o terrorismo porque tem o direito de se defender do terrorismo?

Iraque, Afeganistão, Palestina, Líbano... Até quando será permitido exterminar países impunemente?

As torturas de Abu Garib, que despertaram certo mal-estar universal, não têm nada de novo para nós, latino-americanos. Nossos militares aprenderam essas técnicas de interrogatório

na Escola das Américas, que agora perdeu o nome, mas não as manhas. Até quando aceitaremos que a tortura continue se legitimando, como fez a Corte Suprema de Israel, em nome da legítima defesa da pátria?

Israel desobedeceu 46 recomendações da Assembléia Geral e de outros organismos das Nações Unidas. Até quando o governo israelense continuará exercendo o privilégio de ser surdo? As Nações Unidas recomendam, mas não decidem. Quando decidem, a Casa Branca impede que decidam, porque têm direito de veto. A Casa Branca vetou, no Conselho de Segurança, 40

quando?

Um país bombardeia dois países. A impunidade poderia resultar assombrosa se não fosse costume. Alguns tímidos protestos dizem que houve erros. Até quando os horrores se seguirão chamando erros?

por Eduardo Galeano*

resoluções que condenavam Israel. Até quando as Nações Unidas continuarão atuando como se fossem outro nome dos Estados Unidos?

Desde que os palestinos foram desalojados de suas casas e despojados de suas terras, muito sangue tem corrido. Até quando continuará correndo o sangue para que a força justifique o que o direito nega?

A história se repete, dia após dia, ano após ano, e um israelense morre para cada dez árabes que morrem. Até quando a vida de cada israelense continuará valendo dez vezes mais? Na proporção da população, os 50 mil civis, em sua maioria mulheres e crianças, mortos no Iraque, equivalem a 800 mil estadunidenses. Até quando continuaremos aceitando, como se fosse um costume, a matança de iraquianos, numa guerra cega que tem escondido seus pretextos? Até quando continuará sendo normal que os vivos e os mortos sejam de primeira, segunda, terceira ou quarta categoria?

O Irã está desenvolvendo a energia nuclear. Até quando continuaremos acreditando que isso basta para provar que um país é um perigo para a humanidade? A chamada "comunidade internacional" não se angustia para o fato de que Israel tenha 250 bombas atômicas, mesmo sendo um país que vive a beira de um ataque de nervos?

Quem manipula o 'perigosímetro' universal? Terá sido o Irã um país que jogou as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki?

Na era da globalização, o direito de pressão pode mais que o direito de expressão. Para justificar a ocupação ilegal de terras palestinas, a guerra se chama paz. Os israelenses são patriotas e os palestinos são terroristas, e os terroristas semeiam o alarme universal.

Até quando os meios de comunicação continuarão sendo medos de comunicação?

Essa matança de agora, que não é a primeira e nem será, temo, a última, ocorre em silêncio? O mundo está mudo? Até quando continuaremos soando em campanha de palos as vozes da indignação?

Estes bombardeios matam crianças: mais de um terço das vítimas. Os que se atrevem a denunciá-los são acusados de anti-semitismo. Até quando continuaremos sendo anti-semitas os críticos dos crimes do terrorismo de Estado? Até quando aceitaremos essa extorsão? São anti-semitas os judeus horrorizados pelo que se faz em seu nome? São anti-semitas os árabes, tão semitas como os judeus? Acaso não há entre os árabes os que defendem a pátria palestina e repudiam o manicômio fundamentalista?

Os terroristas se parecem entre si:

os terroristas de Estado, respeitáveis homens de governo, os terroristas privados, que são loucos soltos ou loucos organizados desde os tempos da Guerra Fria contra o totalitarismo comunista. E todos atuam em nome de Deus, assim se o chamam Deus, ou Alá, ou Jeová. Até quando continuaremos ignorando que todos os terroristas desprezam a vida humana e que todos se alimentam mutuamente? Não está evidente que nesta guerra entre Israel e Hezbolá são civis - libaneses, palestinos, israelenses -, que estão morrendo? Não está evidente que as guerras do Afeganistão e do Iraque, que as invasões de Gaza e do Líbano são incubadoras de ódio, que fabricam fanáticos em série?

Somos a única espécie animal especializada no extermínio mútuo. Destinamos 2.500 milhões de dólares, a cada dia, para os gastos militares. A miséria e a guerra são filhas do mesmo pai: como alguns deuses cruéis, como os vivos e os mortos. Até quando continuaremos aceitando que este mundo enamorado da morte seja o nosso único mundo possível?

*Escritor uruguaio.

Artigo publicado originalmente no jornal uruguaio Brecha, em 03/08/2006

UM MUNDO COM A CARA DA JUVENTUDE

por Lucia Stumpf*

Vivemos em um mundo em crise. É caro o preço que a humanidade paga para sustentar a ganância de uma nação que busca a qualquer custo concentrar em suas mãos todo o poder mundial. As constantes guerras surgem como consequência inevitável à manutenção de um império unilateral, artificialmente mantido pelos Estados Unidos até os dias de hoje.

A força da juventude é imprescindível na construção de um outro mundo mais do que nunca necessário e urgente. É dos jovens que se espera ver emergir a energia capaz de abalar as estruturas atuais. E a juventude não tem fugido às suas responsabilidades.

Repete-se nos dias de hoje o que a história

não cansa de contar. O protagonismo da juventude nas lutas pela transformação da realidade salta aos olhos até daqueles que se esforçam para não ver. Em todo o mundo, jovens e estudantes têm saído às ruas denunciando os desmandos e injustiças praticados por governos e nações.

Neste ano de 2006, já vimos os jovens pararem a França na luta contra o avanço do neoliberalismo e a retirada de direitos trabalhistas. Na Grécia, saíram às ruas denunciando o processo de mercantilização da educação. Estudantes chilenos agitaram La Paz com a “revolta dos Pinguins” exigindo o direito à educação e ao passe livre. No Equador e no Peru foram de novo os estudantes que se mobilizaram para denunciar as consequências nefastas dos Tratados de Livre Comércio que seus governos assinavam às escuras. No

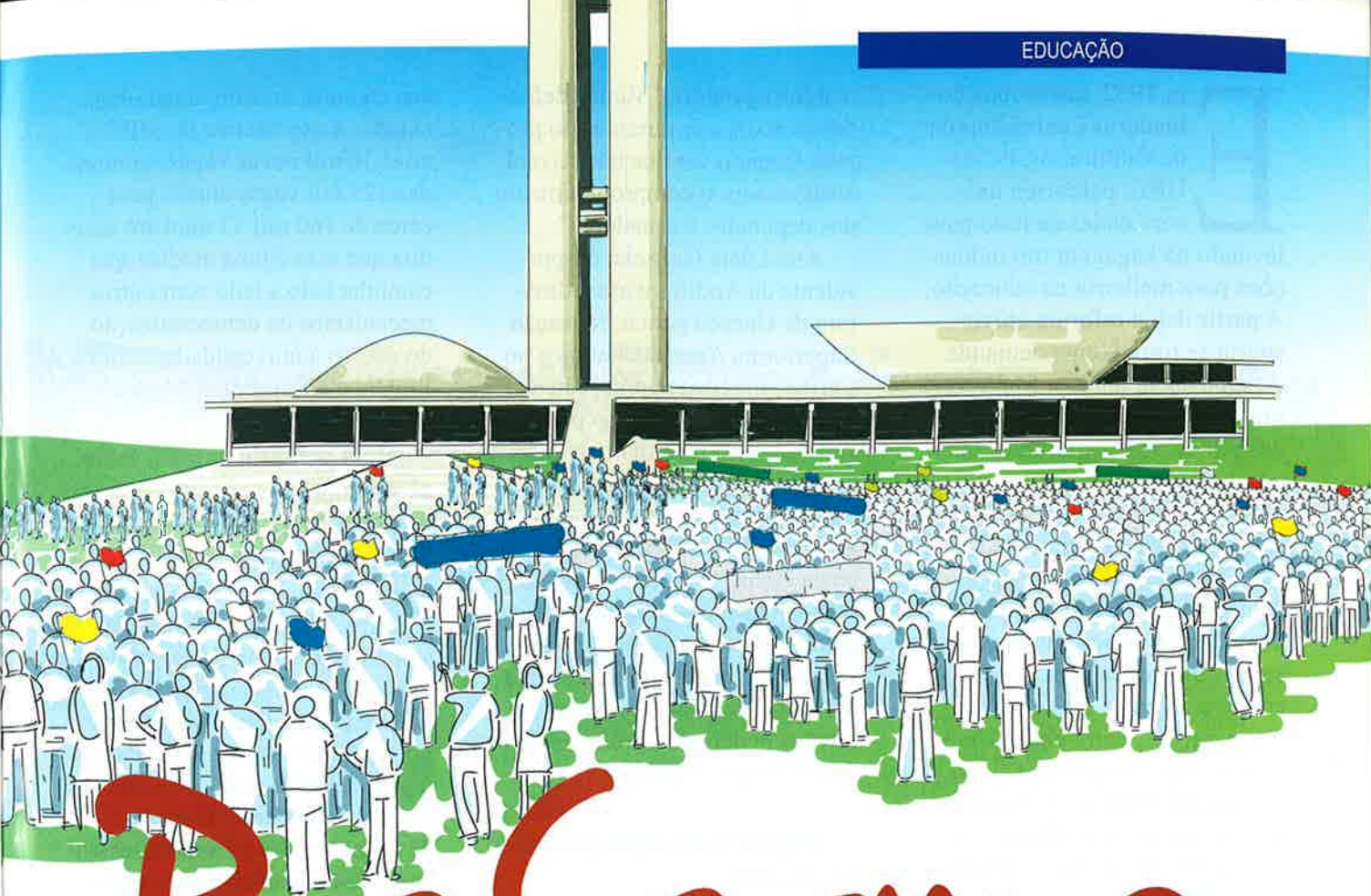
Brasil, a UNE e a UBES são agentes da transformação quando denunciam as consequências negativas da política econômica implementada enfileirada junto à Coordenação dos Movimentos Sociais, quando lutam pelo direito ao passe livre estudantil ou quando conquistam avanços significativos na educação com o Fundeb, o Prouni e a Reforma Universitária.

E mais do que nas batalhas nacionais

específicas, é no campo da solidariedade internacional que o papel da juventude ganha ainda mais relevo. Na construção das seis edições do Fórum Social Mundial. Nas manifestações antiglobalização. Quando vimos o mundo parar em protesto contra a invasão do Iraque. Na construção do levante das forças progressistas da América Latina e avanço da integração com enterro da ALCA em Mar Del Plata. Nas grandes manifestações em denúncia ao genocídio praticado por Israel contra os povos árabes, em especial a sangrenta ofensiva ao Líbano, que se repetem em vários países e com grande destaque no Brasil. Na afirmação dos ideais eternamente jovens representados pela revolução cubana. É sempre a juventude a primeira a se levantar na busca ousada que visa o desenvolvimento do país, mais direitos para o povo, integração e solidariedade internacional. Marcada pela digital de cada povo, com as especificidades referentes a cada país, é, em última análise, a luta pela paz que une a juventude. No Brasil, a UNE e a UBES fazem ecoar as vozes, que em manifestações como essas, afirmam a bandeira da paz como uma bandeira revolucionária. Uma paz duradoura que só será alcançada com a construção de um outro mundo multilateral, que não se curve perante à fome, à pobreza ou à guerra. Um outro mundo que inevitavelmente virá pelas mãos da juventude.

*Diretora de Relações Internacionais da UNE





Reforma

Universitária

chega ao Congresso

Projeto, apesar de apresentar alguns retrocessos, é considerado um avanço em comparação com o sistema vigente

por Rafael Minoro

Em 1962, um ônibus do lendário Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, percorreu universidades de todo país levando na bagagem reivindicações para melhoria na educação. A partir daí, a reforma universitária se tornou uma demanda da sociedade, tendo à frente as organizações estudantis, apoiadas por setores importantes do corpo docente das instituições de nível superior.

Passados mais de 40 anos, essa luta é agora retomada dentro de um governo popular e democrático. Após ampla consulta – que há mais de dois anos envolve cerca de 200 entidades e organizações, entre elas a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) –, o Ministério da Educação enviou ao Congresso Nacional a 4ª versão da reforma da educação superior no país, no dia 8 de junho. Lá, foi protocolada como Projeto de Lei (PL) 7.200/06. Iniciada em 2003, a construção da proposta envolveu os ministérios da Educação, Planejamento, Fazenda, Saúde e Casa Civil.

Sobre a forma de diálogo que o MEC pretende estabelecer com os deputados durante a tramitação do projeto, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, em recente entrevista ao **Estudante-Net** explicou que “O Executivo não pode ter uma pretensão impositiva sobre o Legislativo. Nossa estratégia é levar ao conhecimento do Congresso o problema de se manter o sistema como está, sem nenhum tipo de salvaguarda ou

marco-regulatório. Vamos defender os eixos estruturantes do projeto, fazendo ver que não haverá avanços sem o comprometimento dos deputados e senadores”.

Ana Lúcia Gazzola, ex-presidente da Andifes e atual diretora da Unesco para a Educação Superior na América Latina e no Caribe, sintetiza a importância da disputa no Congresso para a aprovação da reforma universitária. Segundo ela, a hora é de buscar consenso para aumentar as conquistas e impedir possíveis retrocessos. “Não tenhamos ilusões, há avanços no projeto que alguns setores tentarão destruir, e é preciso uma forte articulação política para evitar isso. Distorções podem comprometer o futuro do país”, frisou.

Projeto contempla propostas da UNE

Para o presidente da UNE, Gustavo Petta, o documento final que seguiu para o Congresso traz muitas das reivindicações dos estudantes. Ele destaca alguns pontos: a abertura de mais vagas públicas, maior porcentagem de investimento para a assistência estudantil, limite da entrada do capital estrangeiro na educação e critérios mais rígidos para as instituições particulares, com a criação de mecanismos que obriguem a divulgação antecipada dos reajustes, facilitando a luta contra os aumentos abusivos.

De acordo com Haddad, o projeto tem o objetivo central de criar condições para a expansão do ensino superior, “com qualidade e equidade”. Hoje, apenas 9% dos jovens, na faixa etária dos 18

aos 24 anos, cursam uma universidade. A expectativa do MEC é criar 30 mil novas vagas, saltando das 125 mil vagas atuais, para cerca de 160 mil. O ministro acredita que essa é uma medida que caminha lado a lado com outros mecanismos de democratização do acesso à universidade, como o ProUni e a Reserva de Vagas.

Mais investimentos e mais assistência estudantil

O PL 7.200 determina a aplicação na educação superior de nunca menos de 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino no país (18% do Orçamento Geral da União), por um prazo de dez anos. Para o presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Enio Candotti, essa garantia de financiamento assegurará o exercício da autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal. “A subvinculação contribuirá para a expansão e trará, com o tempo, autonomia financeira para as universidades”, prevê.

Caso a vinculação dos 75% seja aprovada, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) receberão cerca de R\$ 9,6 bilhões, o que representa R\$ 1 bilhão a mais do que é investido hoje. Isso terá consequência direta na vida das universidades públicas. Estes recursos serão aplicados em expansão das vagas, assistência estudantil, pesquisa e extensão. De acordo com a presidente da ANPG, (Associação Nacional dos Pós-Graduandos), Elisa Campos, a ampliação deve obedecer a uma

“Há avanços no projeto que alguns setores t



visão estratégica dos setores em que o país mais precisa de profissionais qualificados e, também, a critérios sociais de democratização do acesso.

Sobre a manutenção do estudante carente na universidade, o projeto da reforma determina que as instituições federais destinem pelo menos 9% de sua verba de custeio para implementar medidas de assistência estudantil. A UNE acredita que a parcela não atende à demanda atual e que muitas instituições já investem esse percentual, “maquiado” em forma de bolsas e “descontos” para alunos carentes. A entidade apresentou emenda reivindicando que a porcentagem das verbas de custeio previsto na redação atual seja ampliada para 14%. Isso contribui para garantir a permanência de muitos dos futuros universitários, que por falta de condições

financeiras desistem ou trancam suas matrículas.

Público x Privado

Apesar de no geral o projeto ser avaliado como um progresso em relação ao sistema vigente, as entidades ligadas à educação cobram mais ousadia do governo. Paulo Speller, presidente da Andifes (Associação que reúne os reitores das universidades federais), observa méritos na proposta, mas faz ressalvas e acredita que esta é a oportunidade para propor transformações mais significativas. Para Speller, que é reitor da Universidade Federal do Mato Grosso, a disposição do governo em discutir o assunto já representou uma grande abertura para o país e ganha ainda mais valor pelo fato de criar um marco regulatório para toda educação superior nacional.

Na avaliação da Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabeleci-

mentos de Ensino), o projeto traz uma preocupação em redefinir a relação do Estado como regulador da educação, inclusive da educação privada. A presidente da entidade, Madalena Guasco, acredita que com a sua aprovação, a regulamentação deste setor será, em parte, concretizada. “Esta bandeira tornou-se fundamental na orientação de nossa luta desde que a Constituição de 1988, através do artigo 205, concedeu liberdade ao ensino privado. A luta pela construção destas leis representa, desde então, objetivo fundamental para exigir que a educação privada tenha compromisso e qualidade sociais, com uma gestão democrática”, explica.

Dados apresentados pelo MEC explicam o porquê da preocupação em se regulamentar o setor privado. Em 1994, o total de matrículas no ensino superior estava dividido em 41,6% no setor público e 58,4% no privado. Em 2000, havia no país 1.180 instituições de ensino superior, sendo 61 federais, 61 estaduais, 54 municipais e 1.004 privadas. A expansão de vagas no ensino

então destruir”

superior a partir de 1995 (início do governo FHC), via incentivo e facilitação de abertura de cursos e instituições, inverteu a lógica: atualmente, 70% das matrículas se concentram no setor privado.

Outra demanda importante do movimento estudantil foi atendida: restringir em 30% a participação do capital estrangeiro na educação privada. No sistema atual não há qualquer tipo de regulamentação nesse sentido. O próprio ministro da Educação manifesta preocupação sobre o tema: “Como uma parte dessas instituições particulares está muito vulnerável, do ponto de vista econômico, corre-se o risco, sem a regulamentação, de termos uma desnacionalização da educação superior”, alerta.

Enio Candotti acredita que é preciso colocar um freio na abertura de instituições que mercantilizam a educação, como se fosse um simples bem comercial. “Dessa forma, evitaremos a proliferação de instituições caçaníqueis, cujo único objetivo é a obtenção de lucros exorbitantes”, enfatiza.

Mensalidades x Estudantes

Atualmente, as faculdades particulares aumentam mensalidades sem o mínimo critério nem justificativas, como, por exemplo, a apresentação da planilha de custos. Por isso, a UNE apresentou emendas para coibir abusos, exigindo que os reajustes sejam condicionados a uma negociação com entidades estudantis, sindicais e de pais de alunos, com no mínimo 120 dias antes do fim do semestre. Assim, o estudante pode se programar, inclusive para resistir aos aumentos abusivos. Impede, ainda, que as instituições se utilizem do velho truque de divulgar os aumentos durante as férias.

A emenda também solicita a incorporação à proposta da Reforma Universitária, do Projeto de Lei 6489/06, conhecido como PL da UNE (em tramitação no Congresso), que cria mecanismos para regulamentar e fiscalizar abusos, além de proteger o aluno inadimplente.

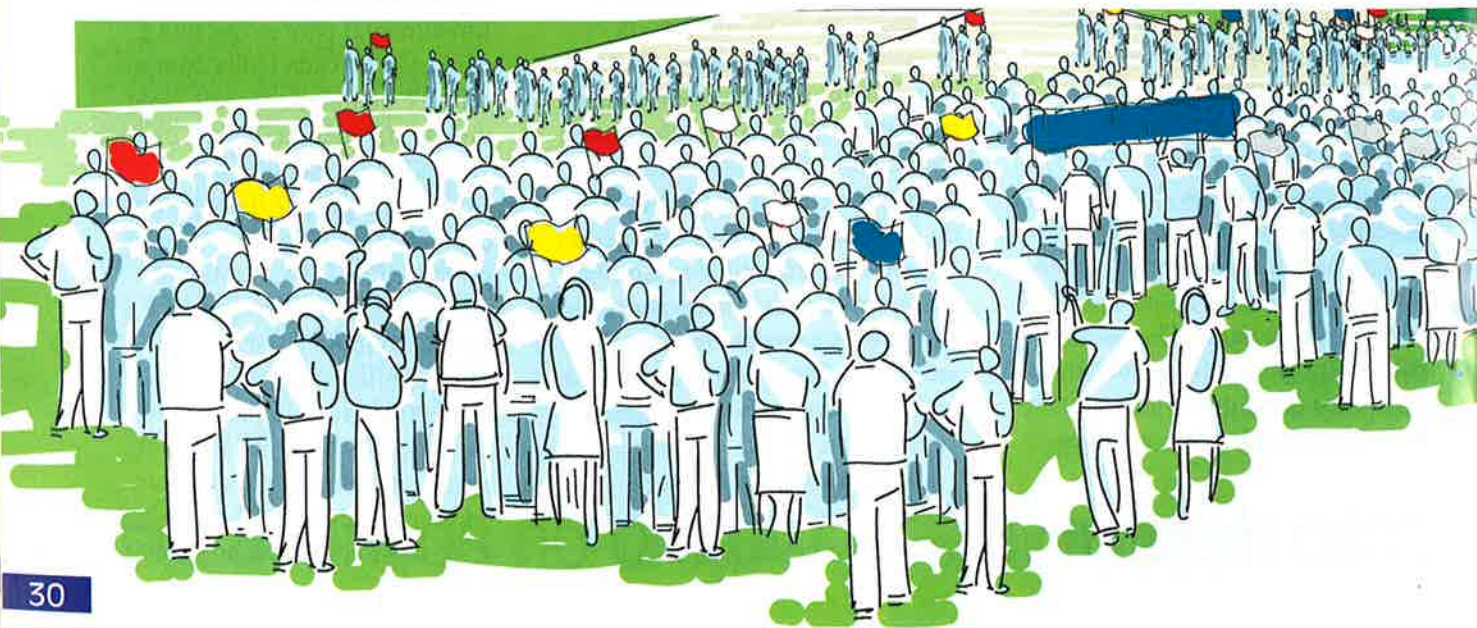
Ainda é preciso avançar

A UNE, no entanto, enxerga no projeto alguns pontos falhos e que precisam ser corrigidos. Por exemplo, as eleições diretas para

reitor nas universidades federais, retirada da 4ª versão, é reivindicação antiga dos estudantes e tem o apoio da Andifes e de outras entidades ligadas à educação. O PL determina que a eleição seja submetida a uma lista tríplice. Assim, quem acaba batendo o martelo é o presidente da República. Haddad relativiza o recuo e argumenta que nada impede que essa lista tríplice seja implantada com a autonomia universitária.

Há ainda uma queda de braço inicialmente perdida pelo Ministério da Educação para a Fazenda: a transferência da responsabilidade da manutenção dos Hospitais Universitários (HUs) para o Ministério da Saúde. O projeto da reforma mantém os HU's vinculados à pasta da Educação, o que gera uma despesa de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão.

“Apesar das ausências já apontadas, se o projeto for votado não haverá retrocesso na educação superior do Brasil”, acredita o presidente da UNE. “Mas para que as conquistas sejam alcançadas, é preciso mobilização nas ruas e nas universidades”, convoca Petta.





Não há Vagas

Ter filhos antes de entrar na Universidade ou durante o curso superior é cada vez mais comum. Conciliar estudo, trabalho e os cuidados com a criança exige apoio familiar e, também, políticas públicas de assistência. No caso das Universidades, a oferta de creches e moradias especiais poderiam evitar que o estudante se veja obrigado a fazer uma dura escolha: ou o filho, ou a universidade.

por Renata Mielli

Frequerir um curso superior no Brasil, para alguns, é semelhante a participar de uma corrida com obstáculos: são vários a serem superados até chegar a reta final, ou seja, a conclusão do curso. O primeiro é ingressar numa instituição de ensino superior. Ultrapassado este, você está classificado para, ao lado de um grupo de elite, enfrentar

os obstáculos seguintes.

Daí a grande importância de haver políticas de apoio e incentivo ao estudante, para dar condições de permanência aos que precisam, diminuindo as desigualdades no interior da universidade. Trata-se da adoção de políticas efetivas de Assistência Estudantil, bandeira histórica da UNE e de outras entidades educacionais, que foi incluída no projeto de

lei da Reforma Universitária, através de emenda apresentada pela entidade nacional dos estudantes.

Na proposta de Reforma que tramita na Câmara está prevista a destinação de 9% da verba de custeio das universidades para a Assistência Estudantil. Para a UNE, apesar do percentual significar um avanço, ele ainda é insuficiente. Por isso, a entidade encaminhou

As universidades precisam ter uma política de Assi

emenda para que este montante seja ampliado para 14%.

Sem Verbas

Sem previsão orçamentária desde 1997, a Assistência Estudantil tem sido vista, pela maioria das instituições e do próprio poder público, como um gasto que deve ser reduzido e restrito a uns poucos programas de menor custo. Ao longo dos últimos anos, muitos restaurantes universitários foram fechados, bem como moradias estudantis, corte em bolsas de pesquisa e de auxílio, fechamento de serviços de saúde, e assim por diante. Que dizer, então, da ampliação desses programas. Não houve.

Apesar de não haver uma rubrica para Assistência Estudantil, o MEC manteve entre os itens para se calcular o repasse de verbas às IFES, a taxa de retenção, relativa ao número de estudantes que não concluem seus cursos no prazo previsto, e de evasão, que corresponde aos que cancelam a matrícula ou abandonam o curso.

Muitos são os motivos que levam os estudantes a estenderem a duração de seus cursos, ou mesmo os abandonarem. O principal deles é a dificuldade econômica. Mas há um outro fator que tem crescido no último período: a maternidade e a paternidade. São poucas as instituições que oferecem creches e moradias especiais para abrigar os filhos de seus estudantes.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Unesco, entre 2001 e 2003, nasceram no país 82,8 mil bebês de mães com idade entre 10 e 14 anos. Outros 2 milhões são filhos de jovens entre 15 e 19.

Movimento foi atrás do número

de instituições federais de ensino superior com creches para filhos de estudantes, mas não encontrou dados consolidados nem na Secretaria de Ensino Superior do MEC, nem no Inep – Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais – sobre a oferta de creches ou moradias universitárias. De acordo com a assessoria de imprensa do MEC, isto se dá porque esses programas são de competência das instituições de ensino. Nossa reportagem foi em busca de outros órgãos que pudessem ter esse levantamento. Nada. No MEC nos sugeriram que entrássemos em contato com cada instituição individualmente. Atualmente são mais de 70 federais e outras dezenas de estaduais.

O estudo mais completo sobre programas de assistência estudantil que encontramos foi realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, FONAPRACE, ligado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, no entanto, entre os itens pesquisados, não havia um em particular sobre a oferta de creches.

Creche?

Partimos para o contato com as instituições. Das 20 procuradas apenas 5 ofereciam creches para os filhos de estudantes: UFBA, a UFG, a UFMG, USP, Unicamp.

Na UFBA há vagas para 90 crianças de 3 meses a 4 anos, mas de acordo com Sônia Almeida, bibliotecária responsável pela implantação da biblioteca infantil na creche, as vagas não estão preenchidas integralmente. “Não que não haja demanda. Ela é muito maior do que

a oferta, mas estamos com 2 professores afastados fazendo pós-graduação e funcionários aposentados que não foram repostos”, informou.

Na creche da USP, as vagas disponibilizadas são divididas entre funcionários (docentes e técnicos administrativos) e os estudantes na proporção de 70% para os primeiros e 30% para os segundos. “Não preenchendo as vagas para uma categoria, aí outra categoria é beneficiada. Com este mecanismo temos conseguido, de maneira geral, atender à procura”, explicou a coordenadora do Coseas – Coordenadoria de Assistência Social da USP, professora Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca.

A USP conta hoje com 3 creches na capital – 2 na Cidade Universitária e 1 no complexo da Faculdade de Medicina, conhecido como Quarteirão da Saúde –, que atendem crianças entre 4 meses e 6 anos, 11

Foto: Arquivo Coseas



Assistência Estudantil

meses e 29 dias. Nos campi espalhados pelo interior, apenas Ribeirão Preto tem creches com o mesmo funcionamento da capital. Bauru ainda está em fase de implantação. Em São Carlos há creche apenas para os funcionários. Os outros 2 campi não possuem creche.

Após ter conseguido a vaga na moradia universitária e/ou na creche, o aluno da USP precisa ter um bom desempenho escolar para garantir a manutenção do apoio. “Há um número mínimo de créditos a ser cumprido. Nós disponibilizamos para cada aluno um assistente social que monitora o seu desenvolvimento acadêmico. Porém, o não cumprimento dos critérios não é condição para a exclusão imediata do apoio”, ressalta Rosa Fonseca.

As entidades representativas de estudantes, funcionários e professores da USP têm se mobilizado pela

ampliação das vagas nas creches. Mas a resposta da reitoria se repete ao longo dos anos: não há verbas.

Moradia para pais e filhos

A USP é a única universidade do país que tem uma moradia específica para os estudantes com filhos. Localizada no térreo do Bloco A do Conjunto Residencial da USP, popularmente conhecido como Crusp, foi totalmente adaptado para receber as crianças. Possui *playground*, lavanderias próprias, os apartamentos têm uma saleta e dois quartos. Atualmente estão disponíveis 12 unidades nessas condições. A coordenadora do Coseas admite que a demanda é maior, “mas a universidade procura garantir que todos sejam atendidos, remanejando os estudantes para quartos comuns, sempre com o cuidado de garantir o maior conforto possível”.

Mas não são todos os estudantes com filhos que podem ter acesso à moradia especial. O critério para

pleitear uma vaga é ter o filho após o ingresso na universidade. Ou seja, o calouro e a caloura que já tenham filhos não podem usufruir da moradia.

Esse é um problema que precisa ser enfrentado com seriedade, pois existe uma demanda cada vez maior, com o aumento de estudantes em condições sócio-econômicas mais precárias e, também, porque a paternidade e, principalmente a maternidade têm sido cada vez mais precoces no nosso país.

Estes são apenas alguns obstáculos entre dezenas de outros que precisam ser eliminados para que a universidade possa abrigar, de maneira democrática e equânime, jovens que estão em uma situação sócio-econômica difícil. Ampliar a rede de atendimento para os estudantes, os programas de assistência oferecidos e mais do que isso, ter uma política de estado que norteie as ações das diversas instituições de ensino são componentes indispensáveis para o processo de democratização da universidade pública no Brasil.



O Crusp é o único que possui moradia especial para estudante com filhos

Universidade: EU também vou!

“Qual é negão? O que que tá pegando? Qual é negão? Qual é negão?
É mole de ver que em qualquer dura o tempo passa mais lento pro negão”

Composição: Marcelo Yuka

por Renata Mielli

A luta para garantir que as salas de aula das universidades brasileiras retratem de forma mais equilibrada a composição social e racial do país tem gradativamente alcançado vitórias. O Brasil vive um ambiente mais democrático, os movimentos sociais aprimoram suas estruturas organizativas e o povo vai se familiarizando com seus direitos e exercitando de maneira mais consciente a cidadania.

No Congresso Nacional, deputados e senadores propõem projetos de lei que enfrentam o problema da exclusão de pobres, negros e índios do mercado de trabalho, da universidade, e da mídia. Entre eles destacam-se o Projeto de Lei 3198/200, que cria o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), e o PL 73/1999, da Reserva de Vagas, que destina 50% das vagas das universidades públicas para estudantes oriundos da escola pública, respeitando a proporção de negros e índios em cada estado da federação.

A primeira está em tramitação há mais de 10 anos e, finalmente, aguarda encaminhamento para ser votada em definitivo pela Câmara dos Deputados. A Reserva de Vagas foi apresentada pela deputada Nice Lobão (PFL/MA) em 1999, e também aguarda votação, mas ambas devem ser apreciadas apenas após as eleições de outubro.

As iniciativas despertaram uma

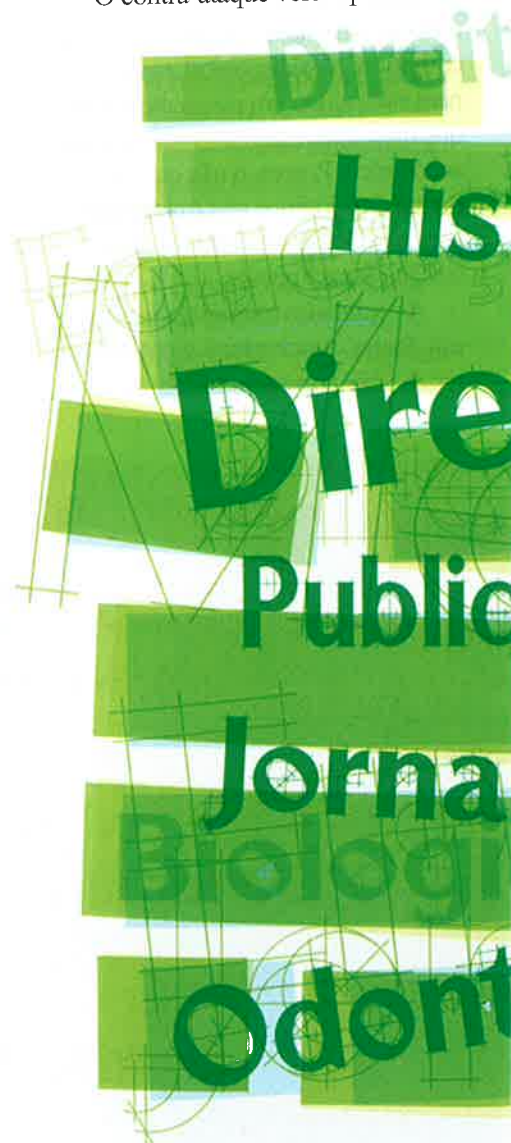
grande polêmica e uma forte reação dos mais variados setores sociais, indignados com a possibilidade de ter um espaço, até então cativo das elites, distribuído para o povo mais carente do país. Os argumentos para combater a implantação de uma política afirmativa para promover igualdade de condições para os que historicamente foram privados dessa igualdade são vários: o ingresso dessa população iria reduzir o nível acadêmico dos cursos, já que são provenientes de escolas de baixa qualidade; que ao invés de combater o racismo as cotas a aprofundariam e gerariam uma distorção social; a de que a universidade é uma instituição para a qual o único critério para o ingresso deve ser o mérito da seleção entre os melhores.

Cerca de 30 instituições de Ensino Superior públicas -estaduais e federais, já adotam políticas afirmativas como as cotas. Todos os estudos realizados nessas universidades mostram que o rendimento acadêmico dos cotistas é, em geral, igual ou superior ao rendimento dos alunos que entraram pelo sistema universal, inviabilizando na prática o argumento de que as cotas iriam pôr em risco a qualidade dessas instituições.

O mais recente ataque contra as cotas ocorreu em julho, com a entrega, no Congresso Nacional, do manifesto *Todos Têm Direitos Iguais na República*, assinado por 114 intelectuais contrários à aprovação dos projetos de Cotas e do Estatuto da

Igualdade Racial. Entre os signatários estão o poeta Ferreira Gullar e o músico Caetano Veloso, que alertam para a discriminação dos brancos pobres em detrimento dos negros.

O contra-ataque veio rápido. Cin-



co dias depois outro manifesto, este pró-cotas, foi entregue aos parlamentares. Subscrito por mais de 300 intelectuais, artistas, e estudantes, defende a aprovação dos projetos de Reserva de Vagas e do Estatuto de Igualdade Racial. O diretor de teatro Augusto Boal, o sociólogo Emir Sader, o jurista Fábio Konder Comparato, o compositor Nei Lopes são alguns dos que o assinam.

A sociedade, no entanto, não parece estar tão dividida em torno da questão. Pesquisa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 23 de junho, mostra que 65% dos eleitores brasileiros defendem a

existência de cotas para negros nas universidades brasileiras. Um número ainda maior, 87%, se mostrou favorável à adoção da Reserva de Vagas nas universidades para estudantes egressos das escolas públicas. O levantamento foi feito com 6.254 pessoas acima de 16 anos.

Para a ministra da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, esses projetos “possuem o mérito de combinar critérios raciais e sociais e não divergem das atuais ações afirmativas em curso

no Brasil. Elevam essas ações ao patamar de políticas de Estado, o que garante sua perenidade, e constituem orientação necessária para que as políticas universalistas cheguem também aos grupos discriminados”.

Recentemente o senador Paulo Paim defendeu em plenário a unificação das duas propostas. “Se já existe o estatuto e se existe esse projeto, por que a gente não funde tudo numa única proposta e contempla efetivamente quem precisa? Porque ninguém vai negar que existe a discriminação contra o negro, contra o índio e contra o pobre”, afirmou Paim.





Uma ferida aberta na história do nosso Brasil, a ditadura militar tem sido cada vez mais enfrentada pelas artes no nosso país.

O foi no curso do golpe, quando a censura e a perseguição empastelaram jornais e cercearam a liberdade de expressão, colocando artistas e intelectuais no exílio.

Naquele momento, um turbilhão de idéias criativas foram gestadas para driblar o silêncio, garantindo que a luta pela democracia aparecesse nas entrelinhas das notícias, nas metáforas das músicas, na coragem dos que criaram alternativas, com armas em punho, fossem elas canetas, câmeras ou revólveres.

É enfrentada hoje, através de livros que desnudam as atrocidades do regime militar, da luta pela reabertura dos arquivos secretos da ditadura, e da militância diária de familiares para terem seus mortos reconhecidos pelo Estado.

O cinema também tem dedicado atenção a este período da história. *Que é isso companheiro?*, *Olga*, *Conspiração do Silêncio*, *Lamarca*, os recentes *Zuzu Angel* e o documentário *O Sol*.

O Sol? Talvez muitos da geração atual não tenham ouvido falar da experiência pioneira, corajosa e arrojada de se fazer um jornal alternativo,

sem censura, que pudesse estampar nas bancas de revista manchetes que a dita grande imprensa não ousava publicar. Criado em 1967 pelo jornalista Reynaldo Jardim, o jornal laboratório *O Sol*, era feito por estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “um curso de jornalismo na prática, fazendo um jornal diário”, conta Martha Alencar, diretora do documentário junto com Tetê Moraes.

As duas jornalistas fizeram parte da equipe de *O Sol* e resolveram transformar a experiência em documentário, que estreou em circuito comercial neste 11 de agosto. O filme entrelaça a luta de uma geração por liberdade, nas ruas e na imprensa, tendo *O Sol* como referência.

As manifestações do movimen-

to estudantil contra a ditadura, o incêndio da sede da UNE na Rua do Catete, em 01 de abril de 1964, a morte do estudante secundarista Edson Luis, os festivais de música da Record – cultura e protagonismo político num período onde caminhar contra o vento era a rota para se alcançar novos horizontes.

Martha e Tetê concederam uma entrevista exclusiva à **Movimento**, na qual falaram do filme, do jornal, da imprensa, e do sonho de transformar o Brasil.

Como surgiu a idéia de transformar O SOL em documentário e fazer uma festa-filmagem?

Tetê: A idéia da festa-filmagem

Divulgação



surgiu por ser uma forma prática e mais econômica para produzir um filme de baixo orçamento. Já imaginou o que seria sair buscando cada uma daquelas pessoas para pegar os depoimentos... levaria uma infinidade e não seria viável para o nosso orçamento. Então preparamos a festa-filmagem para tal finalidade. Eu a imaginei como uma seqüência “mater” do filme - o hoje. Vamos ao passado, mas voltamos sempre para o presente. Também quisemos proporcionar às pessoas esse encontro, pois achamos que seria gostoso, legal (e foi) e seria possível criar um clima real e atual de troca, de encontros e reencontros, com mais emoção, muito melhor do que colher depoimentos isolados. Estávamos interessadas na interação entre as pessoas. Isso é um tema do filme também.

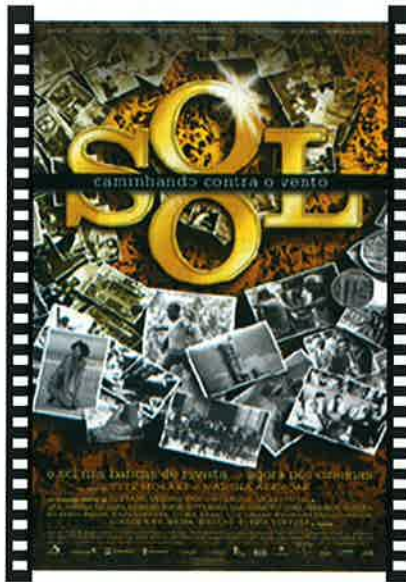
Como você se envolveu no projeto do jornal?

Martha: Quando o *Sol* começou, eu já tinha uma preocupação com os rumos do país, participava aleatoriamente de diversos movimentos. Eu era jornalista, tinha 27 anos, e já tinha trabalhado 6 anos no jornal *O Globo*. Eu tinha uma coluna de moda, trabalhava porque precisava, ganhava muito bem para a época, mas eu estava insatisfeita. Em 67, quando eu comecei a editar o *2º Caderno*, surgiu a oportunidade do *Sol*. Eles me chamaram para ser uma das editoras, compondo o quadro de professores que ia formar aquele curso de jornalismo na prática, produzindo um jornal diário. Foi uma idéia fascinante. Assim como eu, vários outros jornalistas profissionais deixaram cargos e empregos bem remunerados para participar dessa experiência. Isso foi determinante na minha carreira, eu me envolvi cada vez mais com o jornalismo, como uma forma de

atuação política. Paralelamente fui me engajando mais, me aproximei de uma organização, a Dissidência. Eu era do grupo de apoio, o que a gente chamava de agitação e propaganda na época, eu ia às fábricas de madrugada, reuniões, greves.

A discussão sobre o nascimento de uma imprensa independente é um dos focos do documentário. Nos dias de hoje, há espaço para iniciativas como o Sol?

Martha: *O Sol* foi o precursor dessa imprensa independente. Foi



o primeiro jornal que assumiu uma linguagem coloquial e irreverente, muito antes do *Pasquim*. Se não houvesse o *Sol* eu não sei se haveria o *Pasquim*. Ele foi o primeiro a romper com as normas rígidas do jornalismo, com o *lead* e *sub-lead*. Nossas matérias tinham outra estrutura, estudamos a linguagem das histórias em quadrinhos e definimos que as nossas matérias teriam a mesma estrutura: um texto que abre a matéria e que emenda direto no título e que daí volta para a matéria. Não rompemos apenas com essa estrutura linear da narrativa jornalística, rompemos também nos apaixonando,

declarando a nossa paixão, tomando partido. Eu acho que nunca existiu essa isenção jornalística tão apreçoada pelo *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, e outros. Nunca existiu. Na verdade a gente no *Sol* tomava partido descaradamente. Eu acho que não existe mais espaço hoje para veículos como *O Sol*. Não com essas características. Porque *O Sol* era distribuído em bancas, eu não vejo condições disso hoje. O espaço alternativo hoje é na internet.

São muito restritos os espaços para a produção e exibição do cinema nacional. Filmes importantes e de qualidade têm tido bilheterias irrisórias, e são veiculados em poucas salas. Como mudar essa situação?

Tetê: É um problema sério, a nossa produção afunila na exibição. Precisamos ter mais salas, inclusive digitais, espalhadas em diversas cidades e nas periferias, com preços mais acessíveis. A produção de filmes brasileiros de boa qualidade aumentou. Precisamos de mais fomento do Estado para a distribuição e exibição.

No final do filme vocês perguntam se o sonho acabou. Acabou?

Tetê: O sonho continua sempre, como disse o Gabeira, nós somos o combustível dele. Acho que o sonho toma sempre novas formas, o sonho é estar vivo, fazer o que é possível de melhor em cada momento.

Martha: Eu acho que não, porque você vai estar sempre procurando um espaço para se expressar de uma maneira mais vigorosa para lutar contra o pensamento único e por uma sociedade melhor que no fundo é o que todos queremos.



UNE lanço

Um olhar para

Por Bruno Moreno

A juventude tem encontro marcado no Rio de Janeiro, entre os dias 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2007. Trata-se da 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE, que já está a todo vapor, rumo à cidade carioca. Sob a temática “Brasil-África: um Rio chamado Atlântico”, o maior festival universitário do país vai oferecer aos estudantes um momento ímpar de reflexão sobre a influência da cultura africana na formação do povo brasileiro. Além disso, a Bienal será o primeiro evento dos festejos dos 70 anos da UNE, comemorados no dia 11 de agosto de 2007.

O Coordenador-geral da 5ª Bienal, Tiago Alves, conta que a escolha do tema partiu da leitura do clássico “Um Rio Chamado Atlântico”, do historiador Alberto da Costa e Silva. Em entrevista para a revista **Movimento**, o embaixador diz que é necessário reconhecer o nosso passado africano e dar a ele o mesmo relevo que damos ao nosso passado europeu, americano e ameríndio.

Bienal + UNE = CUCA

Foi durante a 2ª Bienal, também no Rio de Janeiro, em 2001, que a UNE fundou o que viria ser uma das experiências mais ousadas do movimento estudantil nos últimos anos: o Circuito Universitário de Cultura

e Arte, o CUCA. Cada Bienal é o momento de articulação e trocas entre os núcleos CUCA’S, que hoje estão distribuídos em dez Estados do Brasil. Depois do antigo Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, nos anos 60, o CUCA se posiciona na atualidade como a vanguarda artística dentro das universidades.

“O desafio do CUCA, por meio das Bienais, sempre foi destacar os elementos que compõem a estrutura da identidade nacional”, afirma Tiago, que também é o Coordenador-geral do CUCA. “Portanto, nada mais natural do que discutir a África. A cultura afrodescendente teve papel primordial na constituição do povo brasileiro”, ressalta.

Experiência única

Quem já foi à Bienal sabe como o universo criado é fervilhante de idéias, propostas e descobertas. Quem participa, volta para a sala de aula com outra perspectiva. A coordenadora de Artes Visuais da 4ª Bienal, Kelly Teixeira, 27 anos, é testemunha: “O evento reúne o que de melhor se faz em termos de arte nas universidades brasileiras”. Sobre a busca por essa identidade nacional, ela enfatiza: “Se não entendermos de onde viemos, não tem como sermos um país forte. Essa brecha facilita a invasão cultural e econômica dos EUA e da Europa”, acredita.

A expectativa é que cerca de

quinze mil estudantes de todo o país e mais de mil da América Latina, Caribe e África participem da Bienal. O evento será descentralizado, ocupando as tradicionais regiões da Lapa e Cinelândia, redutos da cultura, da boemia e dos movimentos estudantis. Por lá, aconteceram várias manifestações. A maior delas foi a famosa passeata dos 100 mil, contra o governo militar, em 26 de junho de 1968.

Formato

A 5ª Bienal contará com rica programação de mostras universitárias, mostras convidadas, debates, oficinas, shows, e apresentações de teatro e dança.

A Mostra Universitária reunirá os principais artistas universitários do Brasil nas seguintes áreas: música, teatro, dança, artes plásticas, cinema e vídeo, literatura, além de ciência e tecnologia. Já a Mostra Convidada será o espaço em que artistas africanos e brasileiros terão destaque, junto aos artistas universitários, apresentando produções artísticas marcadas pela diversidade e ousadia.

Participe

Para participar, basta ser estudante. O regulamento completo está disponível no site da UNE (www.une.org.br). As inscrições de trabalhos estão abertas até o dia 4 de dezembro.

a 5ª Bienal de Arte e Cultura a África



Confira aqui as outras quatro Bienais de Cultura e Arte

A 1ª aconteceu em Salvador (BA), entre os dias 23 e 30 de janeiro de 1999, no “Centro de Convenções da Bahia”. Participaram cerca de 6 mil estudantes.

A capital carioca acolheu a 2ª, entre os dias 03 e 10 de fevereiro de 2001, no campus Maracanã, da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Foram cerca de 8 mil estudantes que discutiram o tema

“Cultura e Movimento”. Nesse momento nasce o CUCA da UNE.

A 3ª teve como tema “A cultura popular e da identidade cultural brasileira”. Aconteceu entre 8 e 14 de fevereiro de 2003, em Pernambuco, com a participação de cerca de 10 mil estudantes.

Em 2004, entre os dias 26 de fevereiro e 3 de março, aconteceu a 4ª Bienal, no Pavilhão da Bienal de São

Paulo, no Parque Ibirapuera. Dessa vez, nossos irmãos vizinhos foram contemplados, com o tema “Soy Loco Por Ti... Um encontro com a Nossa América”. Estiveram presentes mais de mil estudantes de toda a América Latina. Grande parte deles puderam participar porque na capital paulista acontecia, ao mesmo tempo, o 14º Encontro Latino Americano e Caribenho de Estudantes.

UNE: rumo aos 70 - I

Nas vésperas de assoprar as velinhas, Movimento prepara uma retrospectiva da trajetória de lutas da UNE pela soberania nacional, pela democracia e em defesa da educação pública e gratuita no país.

Parte I - Da fundação à década de 50

Por Daniele Moraes

A União Nacional dos Estudantes se aproxima de um momento histórico. Em 2007, a entidade máxima dos estudantes universitários brasileiros completará 70 anos de luta em defesa da democracia e do desenvolvimento da nação brasileira.

Enquanto se prepara para soprar as velinhas, a UNE convida a todos para lembrar sua gloriosa trajetória, que se confunde com a história do Brasil. De forma destemida, em busca da justiça e da igualdade, a entidade jamais se calou frente aos desafios, às ameaças e até mesmo à força bruta. Fez, ao longo de todos esses anos, da juventude, da coragem e da inquietação diante das injustiças suas incansáveis armas. Derramou lágrimas, sangue e suor, lutando

bravamente pela melhoria das condições de vida e de Educação no país. Vamos, a seguir, rememorar seus primeiros passos, vitórias e derrotas, campanhas e lutas, que ilustram e demonstram sua importância e vigor.

O nascimento da UNE

A UNE foi fundada em 11 de agosto de 1937, data em que hoje é comemorado o “Dia do Estudante”. Antes, ela fazia parte da Casa do Estudante do Brasil (órgão paraoficial e apolítico de caráter assistencial). A criação da UNE foi fruto de uma latente necessidade de organização e de participação dos estudantes na política em nível nacional.

Seu surgimento foi um marco para o movimento estudantil, que anteriormente nunca havia con-

seguido manter estabilidade em suas organizações. Mais de oitenta instituições universitárias e secundaristas de todo o país apoiaram a iniciativa e apresentaram teses para o seu 2º Congresso. Nelas já se falava em ensino popular obrigatório e na luta contra o analfabetismo.

Pouco depois, a entidade foi reconhecida oficialmente – por meio de decreto presidencial, assinado pelo, então presidente Getúlio Vargas, que mantinha, na ocasião, bom convívio com os estudantes – sendo, até mesmo, aclamado “Presidente de Honra”, neste 2º Congresso.

A luta pela paz

Em 1940, com o início da 2ª Guerra Mundial, a UNE assumiu postura pacifista e antifascista e sofreu a primeira tentativa de desvio de seu rumo progressista ao ser despejada e romper com a Casa do Estudante. Mesmo assim, manteve-se firme e, em 4 de julho de 1942 (dia da independência dos Estados Unidos), realizou uma passeata de apoio aos Aliados e

Uma história vitoriosa



contra as nações nazi-facistas. Este ato tornou-se um marco na reviravolta política do país. Foi a primeira manifestação popular, que culminaria, anos depois, na queda do Estado Novo. Em consequência direta ao ato nas ruas, foi decretado “estado de guerra” entre o Brasil e os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) – fazendo com que todas as propriedades pertencentes a estes países, em território nacional, fossem controladas pelo governo. Uma destas propriedades, o prédio do Clube Germânico, foi cedida à UNE para a instalação de sua sede – o conhecido e histórico prédio da Praia do Flamengo, número 132.

A pressão popular aumentava e, em 1945, um acontecimento potencializou a campanha contra o Eixo: o ataque aos navios brasileiros na costa do Nordeste por submarinos alemães. A postura contra a guerra unificou ainda mais o movimento estudantil, por meio da UNE, promovendo importantes lutas. Muitas vezes, os atos eram violentamente reprimidos, resultando até mesmo na morte do dirigente estudantil pernambucano Demócrito de Souza Filho, atingido por um tiro na

testa em pleno planaque.

Com a proximidade do fim da 2ª Guerra, deu-se início a uma série de manifestações pela democratização de país, como o comício na Cinelândia/RJ, que exigia ‘anistia aos presos políticos’ da ditadura Getulista.

Os descaminhos da história

O movimento saiu vitorioso e foi decretada a anistia, que libertou, entre outros, o líder comunista Luís Carlos Prestes. Mas os caminhos da história não são lineares ou muito menos óbvios. Ao ser solto, Prestes declarou apoio a Getúlio Vargas. A decisão provocou uma divisão no movimento estudantil, que se mantinha, até então, unificado. Muitos estudantes passaram para a União Democrática Nacional (a famosa UDN), que fazia oposição liberal e conspirava para a derrubada de Vargas. O restante manteve-se na esquerda, liderados pelo Partido Comunista Brasileiro. Acabava ali a trégua entre estudantes e a ditadura, e líderes ligados à UDN assumiram a direção da UNE.

Em defesa nacional

Após a derrubada do Estado Novo, o governo eleito de machal Eurico Dutra retomou a

repressão ao movimento estudantil – o que acabou reaproximando os estudantes. A UNE liderou a luta em defesa do patrimônio territorial e econômico brasileiro, protagonizando uma de suas mais importantes e lendárias campanhas pelo monopólio estatal e luta pela criação da Petrobras, conhecida pela palavra de ordem: “O Petróleo é Nosso!”. A campanha conquistou a opinião pública, ganhando força e respaldo popular. A luta contra a exploração de nossas riquezas tornou-se um símbolo de auto-afirmação do povo e da nação brasileira, mas este enfrentamento causou a intensificação no combate às forças progressistas e, pela primeira vez, a sede da UNE foi invadida, em 1948, pela polícia.

Houve, então, o fortalecimento das forças reacionárias e um grupo de estudantes direitistas assumiu e se manteve na direção da entidade até 1956. Neste período, Getúlio Vargas voltou ao poder – eleito pelo voto popular – e a UNE seguiu a campanha do petróleo e foi contra as articulações golpistas contra o Presidente Vargas.

Cenas do próximo capítulo

A partir do final da década de 50, a entidade estudantil entra de maneira definitiva e marcante na vida política brasileira, protagonizando momentos decisivos de efervescência, agitação e dura repressão. Acompanhe a continuação desta apaixonante história na próxima edição da **Movimento**.



5^A BIENAL DE ARTE

CIÊNCIA DA LINE
& CULTURA

RIO DE JANEIRO, 27 DE JANEIRO A 1 DE FEVEREIRO DE 2007



PROJETO ROND N



PROJETO ROND N

sua carteira! Clique agora

Fale com o Estudante.net

Fale com a Ubes

Fale com a Une

Busque no site

ok

Carteirinha

Clique aqui

NO Brasil a luta dos estudantes tem endereço.

- Cultura & Arte
- Radar Estudante.net
- Seus Direitos
- Links
- Sala de Imprensa

Galeria de Imagens

Escolha o grupo de e-mails que deseja receber:

- Assessoria
- Cancele

E-mail: @ .br

Compre aqui sua carteira! Clique agora

Inscrição



O que vai mudar no Conab

Veja aqui um pouco do

30 XI Conselho da UNE

Ouvidorial! UNE inaugura ouvidoria para estudante tirar dúvidas sobre seus direitos

Tire seu Título



os Cuca's da UNE em seminários, exposições, oficinas e muito mais.



Ministro do Esporte

Ondino Silva

Conab - Fiquem



estudante.net

Site Oficial UNE e UBES

www.estudantenet.com.br

Cadastre-se em 3º Passo 5º Passo

Forma de pagamento



Emprego Saúde
Segurança Educação
Habitação Segurança
Segurança
Educação
Emprego
Saúde
Emprego
Habitação
Emprego
Segurança



União Nacional dos Estudantes
www.une.org.br